

# SUMÁRIO

<b>1. LINDB</b> .....	1
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB .....	1
1.1. Objeto.....	1
2. Direito Objetivo e Subjetivo.....	2
2.1. Definição .....	2
2.2. Direito subjetivo em sentido estrito e direito potestativo .....	2
2.2.1. Definição.....	2
2.2.2. Espécies de direito potestativo com base na doutrina alemã: extensão ao Brasil.....	3
2.2.3. Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto .....	3
2.2.4. <i>Ius in personam</i> e <i>ius in rem</i> .....	3
2.2.5. Exemplo de utilidade: prescrição vs. decadência.....	4
3. Aspectos gerais sobre a lei .....	5
3.1. Elaboração, redação, alteração e consolidação da lei.....	5
3.2. Formação da lei e o marco do seu nascimento.....	5
3.3. Regra da obrigatoriedade das leis .....	6
4. Eficácia e aplicação da lei no tempo .....	7
4.1. Vigência, vigor, eficácia, <i>desuetudo</i> e ultratividade.....	7
4.2. <i>Vacatio legis</i> , contagem do prazo e <i>vacatio constitutionis</i> .....	9
4.3. Correção de texto de lei.....	11
4.4. Regra da vigência sincrônica da lei .....	12
4.5. Regra da continuidade ou da permanência da lei e a revogação.....	12
4.6. Repristinação e efeito repristinatório.....	13
4.7. Retroatividade.....	16
4.7.1. Óbices constitucionais .....	16
4.7.1.1. Direito adquirido .....	17
4.7.1.2. Coisa julgada (= caso julgado) .....	19
4.7.1.3. Ato jurídico perfeito.....	21
4.7.2. Roubier vs. Gabba.....	22

4.7.3.	Retroatividade autêntica ( <i>echte Rückwirkung</i> ; <i>retroaktive Rückwirkung</i> ) e retroatividade inautêntica ou retrospectividade ( <i>unechte Rückwirkung</i> ; <i>retrospektive Rückwirkung</i> ).....	22
4.7.4.	Retroatividades máxima, média e mínima e os óbices constitucionais.....	25
4.7.4.1.	Definição e hipóteses de cabimento .....	25
4.7.4.2.	Normas constitucionais podem retroagir?.....	26
4.7.4.3.	Caso da “Lei do Distrato”: aplicabilidade a contratos anteriores .....	27
4.7.5.	Situações jurídicas institucionais: casos da moeda, da correção monetária e da multa moratória em condomínio edilício.....	28
4.7.6.	A retroatividade das pseudonovidades legislativas: caso da Lei de Falências e do art. 2.035 do CC .....	29
4.7.7.	O caso dos planos de saúde e a retroatividade de novas leis: contratos sucessivos e contínuos ou contrato único? .....	30
4.7.8.	Redução do <i>quorum</i> para a alteração da destinação do condomínio (Lei nº 14.405/2022) .....	32
4.8.	Conflito de normas.....	32
4.8.1.	Classificação das antinomias: aparente, real, graus de antinomia e reflexões críticas .....	32
4.8.1.1.	Antinomia aparente e real.....	32
4.8.1.2.	Quanto ao grau.....	33
4.8.1.3.	Reflexões e críticas.....	35
4.8.2.	Diálogo das Fontes .....	37
5.	Interpretação.....	38
5.1.	Conceito: reflexões contemporâneas .....	39
5.2.	Conceituação simplificada: presente em concursos públicos.....	39
5.3.	Diversos modos de classificar a interpretação .....	40
5.4.	Classificação quanto ao sujeito .....	40
5.4.1.	Espécies.....	40
5.4.2.	Exposição de motivos .....	41
5.5.	Classificação quanto ao resultado.....	42
5.6.	Classificação quanto ao modo.....	43
5.6.1.	Interpretação gramatical.....	43
5.6.2.	Interpretação sistemática .....	44
5.6.3.	Interpretação histórica.....	45
5.6.4.	Interpretação teleológica ou social.....	45
5.6.5.	Interpretação lógica ou racional.....	45
5.6.6.	Classificação e a busca pelo espírito da norma.....	45
6.	Integração .....	46
6.1.	Definição .....	46
6.2.	Espécies de integração .....	47
6.2.1.	Analogia.....	47
6.2.1.1.	Definição e espécies.....	47
6.2.2.	Costumes.....	48

6.2.3.	Princípios gerais de Direito.....	49
6.3.	Equidade: integração ou não? .....	50
6.4.	Redução teleológica ( <i>teleologische Restriktion; teleologische Reduktion</i> ) vs. analogia vs. interpretação restritiva vs. interpretação extensiva.....	50
6.5.	Autointegração vs. heterointegração.....	51
6.6.	Espécies de lacunas .....	51
7.	Aprofundamento comum à interpretação e à integração .....	52
7.1.	Lógica formal e veracidade das premissas: argumentos válidos, inválidos e sólidos .....	52
7.2.	Justificação interna e justificação externa.....	53
7.3.	Conceitos e operações básicas do Direito: regras, precedentes e princípios x subsunção, analogia e ponderação.....	53
7.4.	Presunções, ficções jurídicas, figuras, metáforas e cenários .....	53
7.4.1.	Presunções e a vedação ao <i>non liquet</i> : origens romanísticas...	53
7.4.2.	Fórmulas preclusivas como inerentes à gramática básica do direito.....	54
7.4.3.	Razões substantivas e razões formais ou institucionais .....	55
7.4.4.	Presunção absoluta (presunção <i>iuris et de iure</i> ) .....	55
7.4.5.	Presunções absolutas e regras .....	56
7.4.6.	Presunção relativa (presunção <i>iuris tantum</i> ).....	57
7.4.7.	Ficção jurídica.....	58
7.4.8.	Figura .....	59
7.4.9.	Metáfora.....	60
7.4.10.	Cenário .....	60
7.5.	Filosofia do Direito ou jurisprudência de interesses ( <i>Interessenjurisprudenz</i> ) e a obediência reflexiva ou pensante ( <i>denkender Gehorsam</i> ) de Philipp Heck: a relação entre juiz e legislador .....	61
8.	Aplicação da Lei no Espaço.....	62
8.1.	Noções gerais de direito internacional privado.....	62
8.2.	Conceitos e princípios importantes.....	62
8.2.1.	Doutrina da territorialidade moderada, a situação de extraterritorialidade da lei brasileira e a superação da ideia de “territórios fictos” .....	63
8.2.2.	Estatuto pessoal .....	64
8.2.3.	Competência das embaixadas e consulados em direito privado .....	64
8.2.4.	Elementos de conexão .....	64
8.3.	Elementos de conexão no direito brasileiro.....	64
8.3.1.	Questões inerentes à pessoa ( <i>lex loci domicilii</i> ).....	64
8.3.2.	Casamento ( <i>lex loci celebrationis</i> ) .....	65
8.3.3.	Sucessão ( <i>lex successionis</i> ) .....	65
8.3.3.1.	Noções gerais.....	66
8.3.3.2.	Distinção entre competência jurisdicional e lei aplicável.....	66

8.3.3.3.	Forum shopping e forum non conveniens: a escolha abusiva ou aleatória do juízo competente no divórcio de casal que, embora casado no Brasil, nunca teve domicílio no país.....	67
8.3.3.4.	Direito de Família e o Direito Internacional Privado: a solução de conflitos aparentes entre ordenamentos jurídicos diante da competência jurisdicional	69
8.3.4.	Obrigações .....	69
8.3.4.1.	<i>Lex loci actus vs. lex loci executionis</i> .....	69
8.3.4.2.	Partes podem pactuar elemento de conexão diverso?.....	71
8.3.4.3.	Normas de Direito do Trabalho.....	71
8.3.4.4.	Multinacional de renome com filial no Brasil.....	71
8.3.4.5.	Casos especiais.....	72
8.3.4.6.	Filial brasileira de multinacional: responsabilidade por assistência técnica .....	72
8.3.5.	Coisas.....	73
8.3.5.1.	<i>Lex rei sitae</i> .....	73
8.3.5.2.	Caso de sucessão causa mortis envolvendo imóvel situado no exterior .....	73
8.3.5.3.	Coisas móveis transportadas ( <i>mobilia sequuntur personam</i> ) .....	74
8.3.5.4.	Discussões para flexibilização do <i>lex rei sitae</i> e direito comparado .....	74
8.3.6.	Prova de fatos jurídicos: <i>Lex loci vs. lex fori</i> .....	75
8.4.	Reenvio, remissão, opção, retorno e devolução.....	75
8.4.1.	Definição de reenvio .....	75
8.4.2.	Nomenclatura: remissão, opção, retorno e devolução.....	76
8.4.3.	Graus de reenvio.....	76
8.5.	Óbices a lei, atos e sentenças estrangeira no Brasil (art. 17).....	77
8.5.1.	Casos especiais .....	77
8.5.1.1.	Dívidas de jogo contraídas no exterior.....	77
8.6.	Sentenças estrangeiras .....	78
8.6.1.	Regras gerais sobre a homologação de sentença estrangeira, o <i>exequatur</i> e o auxílio direto .....	78
8.6.2.	Ausência de litispendência internacional: homologação de sentença estrangeira quando o mesmo caso tramita na Justiça brasileira.....	80
8.6.3.	Atos judiciais meramente homologatórios de acordo das partes.....	80
8.6.3.1.	Regra geral.....	80
8.6.4.	O caso de acordos envolvendo imóveis no Brasil.....	80
8.6.5.	O caso do divórcio simples e do qualificado.....	81
8.6.6.	Atos extrajudiciais estrangeiros .....	81
8.6.7.	Decisões estrangeiras sobre guarda de crianças.....	81
8.7.	Eficácia de Documento estrangeiro no Brasil.....	82

9.	A Segurança Hermenêutica na Administração Pública e no Direito.....	83
9.1.	Arts. 20 a 30 da LINDB.....	83
9.2.	Breves reflexões sobre improbidade administrativa.....	87
9.3.	A “lindbização” do Direito Administrativo brasileiro e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos .....	87
<b>2.</b>	<b>PARTE GERAL.....</b>	<b>89</b>
1.	Conceitos Gerais do Direito Civil.....	89
1.1.	Movimentos de abordagem do direito civil (classificação quanto à abertura epistemológica do direito civil).....	89
1.1.1.	Constitucionalização do direito civil e a pós-constitucionalização.....	90
1.1.2.	Recivilização Constitucional do Direito Civil .....	93
1.1.3.	Linha intermediária ou indefinida .....	95
1.2.	Textura aberta dos conceitos jurídicos.....	96
1.3.	Diretrizes teóricas do Código Civil.....	96
1.4.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais .....	97
1.5.	Teoria do conhecimento jurídico de Miguel Reale e reflexões sobre a natureza indeterminada do direito.....	97
1.6.	Corolários da boa-fé objetiva.....	98
1.6.1.	Noções gerais e o princípio da confiança.....	98
1.6.2.	Aplicação em todos os ramos do direito .....	99
1.6.3.	Proibição do <i>venire contra factum proprium</i> .....	99
1.6.3.1.	Definição.....	99
1.6.3.2.	Casos especiais.....	99
1.6.4.	<i>Supressio</i> .....	100
1.6.4.1.	Definição.....	100
1.6.4.2.	Questões especiais.....	100
1.6.5.	<i>Surrectio</i> .....	102
1.6.6.	<i>Tu quoque</i> .....	102
1.6.6.1.	Definição .....	102
1.6.6.2.	Questões especiais.....	102
1.6.7.	Exceptio doli .....	103
1.6.8.	Cláusula de Stoppel (ou de Estoppel).....	103
1.6.9.	Risco de exageros: a “superutilização da boa-fé”.....	104
1.7.	Limites ao intervencionismo no Direito Civil .....	104
1.7.1.	Análise Econômica do Direito (AED) e Nova Economia Institucional (NEI).....	104
1.7.2.	Paradigma da essencialidade.....	104
1.7.3.	Contratos existenciais e de lucro .....	104
1.7.4.	Parâmetros analíticos do direito civil .....	105
1.8.	Algumas lógicas de justiça do direito privado.....	105
1.8.1.	Tutela do luxo: princípio da proteção simplificada do luxo.....	105
1.8.1.1.	Benfeitorias voluptuárias.....	106

1.8.1.2.	Art. 944, parágrafo único, CC .....	106
1.8.1.3.	Móveis suntuosos em imóvel protegido pela impenhorabilidade do bem de família.....	106
1.8.1.4.	Benfeitorias voluptuárias em desapropriação .....	106
1.8.2.	Tutela da gratuidade: princípio da proteção simplificada do agraciado.....	107
1.8.2.1.	Fraude contra credores.....	108
1.8.2.2.	Interpretação restritiva.....	108
1.8.2.3.	Formalidade para negócios gratuitos .....	108
1.8.2.4.	Vícios redibitórios e evicção .....	108
1.8.2.5.	Comodato e indenização por benfeitorias.....	108
1.8.2.6.	Concessão generosa de prorrogação do prazo de pagamento.....	109
1.8.2.7.	Proteção do terceiro adquirente a título oneroso: invalidação de casamento, herdeiro aparente e pagamento indevido.....	109
1.8.2.8.	Inexistência do dever de continuar pagando “pensão alimentícia puramente voluntária”: inaplicabilidade da <i>supressio</i> ou <i>surrectio</i> em negócios gratuitos .....	109
1.8.2.9.	Responsabilidade civil do generoso.....	109
1.8.3.	Enriquecimento sem causa como desvalor pior do que a má-fé.....	114
1.8.4.	Função social vs. boa-fé.....	114
1.8.5.	Princípio do prestígio aos familiares privilegiados (cônjuge, descendente e ascendente).....	115
1.8.6.	Princípio do aviso prévio a uma sanção .....	117
1.8.6.1.	Postulado .....	118
1.8.6.2.	Exemplos.....	118
1.8.7.	Princípio da vontade soberana do testador .....	122
1.8.8.	Princípio da forma conglobante.....	122
1.9.	Conceitos importantes: relação jurídica, obrigação, sujeição, dever e ônus.....	123
1.9.1.	Relação jurídica.....	123
1.9.1.1.	Definição .....	123
1.9.1.2.	Características: alteridade, bilateralidade, exterioridade e reciprocidade .....	123
1.9.1.3.	Elementos da relação jurídica.....	124
1.9.2.	Obrigação, sujeição, dever e imunidade.....	124
1.9.3.	Ônus .....	124
2.	Sujeito de Direito .....	126
2.1.	Entes personalizados e despersonalizados.....	126
2.2.	Pessoa vs. CPF e CNPJ.....	127
2.3.	Anomalias: caso da repetição de indébito tributário.....	127
2.4.	Condomínio edilício, de lotes, urbano simples e em multipropriedade.....	128

2.4.1.	Natureza jurídica .....	128
2.4.2.	Aquisição de imóveis pelo condomínio: controvérsia e questão do <i>quorum</i> .....	129
2.4.3.	Usucapião por condomínio edilício .....	129
2.4.4.	Obrigação subsidiária dos condôminos por d�vidas do condomínio perante terceiros, penhorabilidade das unidades aut�nomas e início da prescri�o .....	130
2.5.	Dano moral contra entes despersonalizados: caso do condomínio edilício e de outros entes .....	130
2.5.1.	Caso do condomínio edilício .....	130
2.5.2.	Caso dos demais entes despersonalizados.....	131
3.	Pessoas Naturais .....	131
3.1.	Personalidade jurídica: defini�o, história e caso de donativos a santos.....	131
3.1.1.	Teorias sobre o início da personalidade jurídica da pessoa natural .....	132
3.1.2.	Tutela do natimorto.....	133
3.1.3.	Tutela do nascituro .....	133
3.1.3.1.	Herança.....	133
3.1.3.2.	Embrião <i>in vitro</i> vs. nascituro.....	134
3.1.3.3.	Dano moral contra nascituro.....	134
3.1.3.4.	Seguro DPVAT e aborto em acidente de trânsito .....	134
3.1.3.5.	Alimentos gravídicos.....	135
3.1.3.6.	Doa�o a nascituro.....	135
3.2.	Capacidade jurídica.....	135
3.2.1.	No�es gerais .....	135
3.2.2.	Origem histórica: a classifica�o bipartida foi mesmo criada por Teixeira de Freitas? .....	136
3.2.3.	Distin�o entre personalidade jurídica e capacidade jurídica ( <i>in abstracto</i> e <i>in concreto</i> ).....	136
3.2.4.	Capacidade de direito, de gozo ou de aquisi�o.....	137
3.2.5.	Capacidade de fato ou de exercício .....	137
3.2.5.1.	Incapacidade absoluta .....	138
3.2.5.2.	Incapacidade relativa .....	139
3.2.5.3.	Mecanismos de prote�o e de responsabiliza�o dos incapazes .....	140
3.2.5.4.	Pessoas com deficiência .....	143
3.2.5.5.	Indígenas.....	150
3.3.	Emancipa�o .....	151
3.3.1.	Emancipa�o voluntária.....	152
3.3.2.	Emancipa�o judicial.....	152
3.3.3.	Emancipa�o legal.....	152
3.3.3.1.	Conceitua�o e hipóteses.....	152
3.3.3.2.	Casos práticos envolvendo influencer digital, jogador de futebol (Lei Pel�) e estagiários .....	153

3.3.4.	Irreversibilidade da emancipação .....	154
3.3.5.	Registro da emancipação .....	154
3.4.	Legitimação.....	155
3.5.	Atributos da personalidade, estado civil, ações e posse de estado .....	155
3.6.	União estável: é estado civil familiar?.....	156
3.7.	Registro de nascimento e outros dados de identificação da pessoa natural .....	156
3.8.	Morte civil e ausência .....	156
3.8.1.	Definição e espécies de morte .....	156
3.8.2.	Ausência e morte presumida.....	158
3.8.2.1.	Definição .....	158
3.8.2.2.	Validade dos atos do ausente.....	158
3.8.2.3.	Ausência vs. existência de bens .....	159
3.8.2.4.	Ausência vs. dissolução do casamento .....	159
3.8.2.5.	Procedimento da ausência: a morte presumida com declaração de ausência .....	160
3.8.2.6.	Fase da sucessão provisória .....	161
3.8.2.7.	Fase da sucessão definitiva .....	161
3.8.3.	Comoriência .....	162
3.9.	Direitos da personalidade .....	162
3.9.1.	Definição e classificação quanto ao objeto protegido .....	162
3.9.2.	Características.....	163
3.9.3.	Vida privada como direito da personalidade: a teoria dos círculos concêntricos .....	164
3.9.3.1.	Definição e importância prática.....	164
3.9.3.2.	Situação da pessoa pública: o caso da “Princesa Caroline de Mônaco” .....	166
3.9.4.	Mudança de sexo.....	166
3.9.4.1.	Caso da pessoa transexual .....	166
3.9.4.2.	Caso do sexo indefinido: caso brasileiro e experiência argentina .....	167
3.9.5.	Direitos da personalidade do falecido.....	167
3.9.5.1.	Legitimidade para proteção.....	167
3.9.5.2.	Espólio.....	168
3.9.6.	Tutela dos direitos da personalidade .....	169
3.9.7.	A naturalidade da pessoa natural.....	169
3.9.8.	Congelamento do corpo (criogenia) no lugar dos tradicionais rituais fúnebres .....	169
3.9.9.	Direito ao esquecimento .....	170
3.9.9.1.	Noções gerais e sua compatibilidade com a Constituição Federal.....	170
3.9.9.2.	Direito ao esquecimento vs. abuso na forma de divulgação de um fato antigo .....	171
3.9.9.3.	Cabimento do direito ao esquecimento.....	171
3.9.9.4.	Questões e casos especiais .....	172



3.9.10.	Nome .....	174
4.	Pessoas Jurídicas .....	175
4.1.	Definição, elementos essenciais e autonomia.....	175
4.2.	Teorias sobre a natureza jurídica.....	175
4.3.	Surgimento da pessoa jurídica e efeitos do registro .....	176
4.4.	Espécies .....	177
4.4.1.	Pessoas jurídicas de direito público.....	178
4.4.2.	Pessoas jurídicas de direito privado .....	178
4.4.2.1.	Sociedade .....	178
4.4.2.2.	Eireli: revogação .....	178
4.4.2.3.	Associação .....	179
4.4.2.4.	Fundação.....	182
4.4.2.5.	Organização religiosa.....	185
4.4.2.6.	Partido político.....	187
4.4.2.7.	Natureza jurídica de alguns entes.....	187
4.4.3.	Natureza jurídica do sindicato .....	188
4.4.4.	Natureza jurídica do ECAD .....	189
4.4.5.	Empresa pública e sociedade de economia mista .....	189
4.4.6.	Microempresa, empresa de pequeno porte, OS etc.....	189
4.4.7.	Natureza jurídica dos fundos.....	189
4.5.	Classificação das pessoas jurídicas .....	190
4.5.1.	Quanto à nacionalidade .....	190
4.5.2.	Quanto à estrutura.....	190
4.6.	Representação: adoção da teoria <i>ultra vires</i> .....	191
4.7.	Caso da sociedade anônima: adoção da teoria da aparência.....	192
4.8.	Efeitos do registro do ato constitutivo .....	193
4.9.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	193
4.9.1.	Teoria maior .....	194
4.9.1.1.	Definição .....	194
4.9.1.2.	Desconsideração no caso de infração à ordem econômica .....	196
4.9.1.3.	Casos especiais.....	196
4.9.2.	Teoria menor.....	197
4.9.2.1.	Definição e hipóteses .....	197
4.9.2.2.	Situação do administrador não sócio.....	198
4.9.3.	Casos especiais .....	198
4.9.3.1.	Desconsideração inversa ou às avessas .....	198
4.9.3.2.	Desconsideração indireta .....	198
4.9.3.3.	Desconsideração expansiva .....	198
4.9.3.4.	Teoria da sucessão de pessoas jurídicas.....	199
4.9.3.5.	Desconsideração por subcapitalização da pessoa jurídica .....	199
4.9.3.6.	Simplex membro do Conselho Fiscal e a desconsideração .....	199

4.9.4.	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica .....	200
4.10.	Extinção da pessoa jurídica.....	200
4.11.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica .....	201
4.11.1.	Noções gerais.....	201
4.11.2.	Dano moral para pessoa jurídica de direito público.....	201
5.	Domicílio .....	203
5.1.	Definição: residência vs. domicílio. Princípio da cogência domiciliar e da pluralidade domiciliar.....	203
5.2.	Princípios.....	204
5.2.1.	Cogência domiciliar .....	204
5.2.2.	Pluralidade domiciliar.....	204
5.3.	Teoria do Domicílio Aparente .....	205
5.4.	Espécies de Domicílio da pessoa natural .....	205
5.4.1.	Domicílio voluntário ou privatístico.....	205
5.4.1.1.	Geral.....	205
5.4.1.2.	Especial.....	205
5.4.2.	Domicílio necessário, legal ou publicístico.....	206
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	207
6.	Bens.....	208
6.1.	Bens e coisa.....	208
6.1.1.	Distinção.....	208
6.1.2.	Semoventes: a tutela dos animais.....	209
6.1.2.1.	Noções gerais.....	209
6.1.2.2.	Direito comparado: Áustria, Alemanha, Holanda, França, Suíça e Portugal .....	210
6.1.2.3.	Questões práticas .....	210
6.2.	Patrimônio.....	212
6.2.1.	Definição.....	212
6.2.2.	Teorias sobre o patrimônio: clássica e moderna .....	213
6.3.	Patrimônio mínimo .....	214
6.4.	Classificação dos bens .....	214
6.4.1.	Bens considerados em relação ao titular.....	215
6.4.1.1.	Bens públicos.....	215
6.4.1.2.	Bens privados: regra geral e casos especiais de privilégios de bens públicos.....	216
6.4.2.	Bens no comércio e fora do comércio .....	217
6.4.3.	Bens considerados em si mesmos.....	217
6.4.3.1.	Corpóreos e incorpóreos.....	217
6.4.3.2.	Imóveis e móveis.....	217
6.4.3.3.	Fungíveis e infungíveis.....	221
6.4.3.4.	Consumíveis e inconsumíveis.....	223
6.4.3.5.	Divisíveis e indivisíveis .....	224
6.4.3.6.	Singulares e coletivos .....	225

6.4.3.7.	Singulares: simples ou compostos.....	225
6.4.3.8.	Coletivos.....	226
6.4.4.	Bens reciprocamente considerados .....	229
6.4.4.1.	Noções gerais e gravitação jurídica.....	229
6.4.4.2.	Principais.....	230
6.4.4.3.	Acessórios .....	230
6.4.4.4.	Pertenças.....	240
7.	Fatos Jurídicos .....	243
7.1.	Definição: fato jurídico vs. fato material.....	243
7.2.	Classificação .....	245
7.2.1.	Fato jurídico <i>lato sensu</i> .....	245
7.2.2.	Fato jurídico <i>stricto sensu</i> .....	245
7.2.3.	Ato jurídico <i>lato sensu</i> .....	246
7.2.3.1.	Negócios jurídicos.....	246
7.2.3.2.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i> lícitos e ilícitos.....	246
7.2.3.3.	Atos jurídicos mistos.....	248
7.2.4.	Ato-fato jurídico .....	248
7.3.	Teoria do plano dos fatos jurídicos.....	250
7.3.1.	Definição.....	250
7.3.2.	Plano da existência .....	250
7.3.3.	Plano da validade .....	251
7.3.4.	Plano da eficácia .....	251
7.3.4.1.	Definição .....	251
7.3.4.2.	Rescisão contratual .....	251
7.3.4.3.	Inoponibilidade a terceiros (ineficácia relativa).....	252
7.3.4.4.	Pós-eficacização .....	253
8.	Negócios Jurídicos.....	253
8.1.	Identificação das regras de contratos e de outros negócios jurídicos: redação, interpretação e integração de contratos e de negócios jurídicos.....	253
8.1.1.	Como redigir contratos e outros negócios jurídicos? .....	254
8.1.2.	Regras de interpretação contratual: regras voluntárias e regras legais .....	255
8.1.3.	Lacunas no contrato: regras legais e voluntárias de integração negocial ou contratual.....	256
8.2.	Elementos dos negócios jurídicos.....	258
8.2.1.	Elementos essenciais do negócio jurídico .....	258
8.2.2.	Elementos naturais do negócio jurídico .....	258
8.2.3.	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	259
8.2.3.1.	Definição .....	259
8.2.3.2.	Termo: definição e espécies.....	260
8.2.3.3.	Condição .....	261
8.2.3.4.	Encargo.....	264
8.2.3.5.	Caracteres do termo, condição e encargo.....	266

8.3.	Declaração da vontade.....	266
8.3.1.	Declaração propriamente dita e vontade propriamente dita...	266
8.3.2.	Declaração expressa, tácita e presumida .....	267
8.3.2.1.	Noções gerais.....	267
8.3.2.2.	Experiência alemã: manifestação de vontade tácita ou concludente ( <i>stillschweigende oder konkludente Willenserklärung</i> ) e comportamento conclusivo ( <i>schlüssiges Verhalten</i> ) .....	267
8.3.3.	Declaração receptícia e não receptícia .....	267
8.3.4.	Declaração direta e indireta .....	268
8.4.	Reserva mental.....	268
8.5.	Representação .....	269
8.5.1.	Definição e espécies .....	269
8.5.2.	Conflito de interesse.....	270
8.5.3.	Negócio consigo mesmo.....	270
8.5.4.	Representação indireta.....	271
8.6.	Classificação dos negócios jurídicos .....	271
8.6.1.	Quanto ao aperfeiçoamento.....	271
8.6.1.1.	Negócio jurídico unilateral .....	271
8.6.1.2.	Negócio jurídico bilateral .....	272
8.6.1.3.	Negócio jurídico plurilateral .....	272
8.6.2.	Quanto ao sacrifício patrimonial.....	273
8.6.2.1.	Negócio jurídico gratuito.....	273
8.6.2.2.	Negócio jurídico oneroso.....	273
8.6.2.3.	Negócio jurídico neutro.....	273
8.6.3.	Quanto à formalidade.....	274
8.6.3.1.	Princípio da forma de ser ou <i>forma dat esse rei</i> ....	274
8.6.3.2.	Negócios jurídicos envolvendo imóveis de valor superior a 30 salários mínimos.....	274
8.6.3.3.	Forma pública vs. forma particular vs. reconhecimento de firma .....	275
8.6.3.4.	Negócio informal, não solene ou de forma livre..	276
8.6.3.5.	Negócio formal ou solene .....	276
8.6.3.6.	Forma imposta pela vontade: nulidade ou ineficácia? .....	276
8.6.3.7.	Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i> .....	277
8.6.3.8.	Casos especiais.....	277
8.6.4.	Quanto à extensão dos interesses das partes.....	278
8.7.	Validade dos negócios jurídicos.....	279
8.7.1.	Requisitos de validade dos negócios jurídicos .....	279
8.7.2.	Regime de invalidade: direito civil vs. outros ramos .....	280
8.7.3.	Reconhecimento judicial vs. invalidade do negócio: juiz, particulares, Administração Pública e cartórios extrajudiciais.....	280
8.7.4.	Natureza e eficácia da sentença de invalidação.....	281

8.7.5.	Nulidade .....	283
8.7.5.1.	Regras gerais .....	283
8.7.5.2.	Hipóteses de nulidade: nulidade virtual e textual e o problema das normas dispositivas e cogentes...	284
8.7.5.3.	Impossibilidade inicial do objeto .....	285
8.7.6.	Anulabilidade.....	285
8.7.6.1.	Regras gerais .....	285
8.7.6.2.	Hipóteses de anulabilidade.....	286
8.7.7.	Princípio da conservação do negócio jurídico .....	286
8.7.7.1.	Definição .....	286
8.7.7.2.	Conversão substancial (art. 170, CC).....	287
8.7.7.3.	Conversão formal (art. 183, CC).....	288
8.7.7.4.	Redução do negócio jurídico .....	288
8.7.7.5.	Conversão legal.....	289
8.7.7.6.	Conservação do ato de vontade do negócio inválido sob outro fundamento: a “substituição de fundamento do ato de vontade” .....	289
8.7.8.	Outros casos de conservação do negócio jurídico .....	291
8.7.8.1.	Mentira sobre idade .....	291
8.7.8.2.	Repetição de indébito contra incapaz.....	291
8.7.8.3.	Incapacidade relativa em proveito de terceiros?..	292
8.7.8.4.	Pós-eficacização de negócios jurídicos .....	292
8.7.9.	Negócio jurídico com assinaturas falsas: inexistência, invalidade ou ineficácia .....	292
8.8.	Defeitos dos negócios jurídicos .....	293
8.8.1.	Vícios de consentimento .....	293
8.8.1.1.	Erro ou ignorância .....	293
8.8.1.2.	Dolo.....	295
8.8.1.3.	Coação .....	298
8.8.1.4.	Lesão.....	299
8.8.1.5.	Estado de perigo .....	301
8.8.2.	Vícios sociais .....	302
8.8.2.1.	Simulação.....	303
8.8.2.2.	Fraude contra credores .....	305
8.9.	Prescrição .....	310
8.9.1.	Conceitos prévios importantes .....	311
8.9.1.1.	Direito subjetivo em sentido amplo.....	311
8.9.2.	Definição de prescrição.....	313
8.9.3.	Imprescritibilidades .....	314
8.9.3.1.	Direitos subjetivos extrapatrimoniais.....	314
8.9.3.2.	Casos de grave violação a direitos fundamentais	314
8.9.3.3.	Ação de enriquecimento ao erário? .....	315
8.9.4.	Prescrição extintiva e aquisitiva.....	315
8.9.5.	Reconhecimento <i>ex officio</i> e momento de arguição .....	316

8.9.6.	Renúncia e mudança de prazo de prescrição .....	316
8.9.7.	Renúncia da prescrição por incapaz.....	317
8.9.8.	Termo inicial: teoria da <i>actio nata</i> .....	317
8.9.8.1.	Vertentes objetiva e subjetiva .....	317
8.9.8.2.	Casuística .....	319
8.9.9.	Interrupção .....	320
8.9.9.1.	Noções gerais.....	320
8.9.9.2.	Causas que interrompem a prescrição .....	321
8.9.10.	Prescrição intercorrente.....	323
8.9.10.1.	Definição .....	323
8.9.10.2.	Suspensão e interrupção da prescrição com a ação judicial de conhecimento e no caso de sua extinção sem resolução do mérito .....	323
8.9.10.3.	Inércia na propositura do cumprimento de sentença: a primeira hipótese de prescrição intercorrente.....	324
8.9.10.4.	Paralisação do processo executivo (cumprimento de sentença ou execução de título extrajudicial): a segunda hipótese de prescrição intercorrente ..	324
8.9.10.5.	Situação anterior ao CPC/2015 .....	325
8.9.10.6.	Prescrição intercorrente em execução fiscal: e alguns complementos para os casos de rito executivo cível .....	326
8.9.10.7.	Honorários sucumbenciais no caso de extinção da execução por conta da prescrição intercorrente ..	326
8.9.11.	Suspensão e impedimento .....	326
8.9.11.1.	Definição e princípio <i>contra non valentem</i> .....	326
8.9.11.2.	Causas suspensivas.....	327
8.9.11.3.	Suspensão diante de cocredores em obrigações divisíveis, indivisíveis e solidárias.....	327
8.9.11.4.	Impedimento da prescrição antes do advento de sentença penal definitiva.....	328
8.9.12.	Prescrição em relações de trato sucessivo: prescrição nuclear ou parcelar.....	330
8.9.12.1.	Distinção entre prescrição parcelar (ou progressiva) e nuclear (ou do fundo de direito).....	330
8.9.12.2.	Regra geral em relações de trato sucessivo.....	330
8.9.12.3.	Exemplos.....	331
8.9.13.	Prazos.....	332
8.9.13.1.	Regras gerais .....	332
8.9.13.2.	Casos especiais .....	333
8.10.	Decadência.....	340
8.10.1.	Definição.....	340
8.10.2.	Espécies.....	341
8.10.3.	Prazos.....	341

8.10.4.	Casos de ações perpétuas e o critério científico de Agnelo Amorim Filho .....	342
9.	Atos Ilícitos.....	342
9.1.	Noções gerais.....	342
9.2.	Art. 186, CC: princípio do <i>neminem laedere</i> .....	342
9.2.1.	Requisitos .....	342
9.2.2.	O problema da dúvida jurídica razoável .....	343
9.3.	Abuso de direito.....	344
9.4.	Utilidade dos conceitos.....	345
9.5.	Excludentes de ilicitude .....	345
9.6.	Aprofundamento.....	345
9.6.1.	Estado de necessidade agressivo ( <i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e estado de necessidade defensivo ( <i>defensiver Notstand</i> , § 228, BGB): aportes do direito alemão .....	345
9.6.2.	<i>Lex Rhodia</i> e o estado de necessidade agressivo .....	346
9.6.3.	Avaria grossa e a lei ródia (art. 764, CCom, e arts. 707 e ss., CPC) .....	346
9.6.4.	Arribada forçada e estado de necessidade agressivo .....	347
9.6.5.	Arribada forçada e os ordenamentos jurídicos de matriz anglo-saxã: o caso <i>Vincent v. Lake Erie Transp. Co.</i> .....	347
9.6.6.	Estado de necessidade e o procedimento especial de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (art. 766 ss., CPC).....	348
9.6.7.	Outras influências do direito romano sobre o CPC/2015.....	348
10.	Prova dos Fatos Jurídicos .....	352
11.	O Direito Civil em Tempos de Desastres (Pandemia, Guerras, Catástrofes etc.).....	353
11.1.	Noções gerais.....	353
11.2.	Experiência da pandemia da Covid-19 e o Regime Jurídico Emergencial e Transitório em Direito Privado – RJET (Lei nº 14.010/2020).....	354
<b>3.</b>	<b>OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>355</b>
1.	Noções Gerais .....	355
1.1.	Definição e visão panorâmica do livro das obrigações .....	355
1.2.	Direito romano e Idade Média: <i>res perit domino x periculum est emptoris</i> .....	356
1.3.	Força maior e ato de Deus ( <i>act of God</i> ) .....	356
1.4.	Elementos da obrigação.....	358
1.4.1.	Elemento subjetivo .....	358
1.4.2.	Elemento abstrato .....	358
1.4.3.	Elemento objetivo .....	359
1.4.3.1.	Objeto imediato e mediato.....	359
1.4.3.2.	Conteúdo patrimonial .....	359
1.5.	Obrigação quanto à exigibilidade: civil ou natural (moral ou incompleta) .....	360
1.6.	Fim primário e secundário da obrigação .....	361

1.7.	Débito e responsabilidade: <i>debitum sine obligatione</i> e <i>Schuld ohne Haftung</i> .....	361
1.8.	Direito romano: exclusão do enriquecimento sem causa ( <i>condictio indebiti</i> ) na obrigação natural ( <i>obligatio naturalis</i> ) .....	362
1.9.	Débito e responsabilidade: <i>obligatio sine debito</i> e <i>Haftung ohne Schuld</i> .....	362
1.10.	Concepção moderna de obrigação .....	363
1.10.1.	Obrigação como processo .....	363
1.10.2.	Deveres principais, secundários e anexos e violação positiva do contrato .....	364
1.10.2.1.	Definições e reflexões de nomenclatura na Alemanha .....	364
1.10.2.2.	Exemplos de violação positiva do contrato .....	366
1.10.2.3.	Violação positiva do contrato: histórico e utilidade, no Brasil, restrita ao descumprimento de deveres anexos .....	366
1.10.3.	Deveres anexos para o credor .....	368
1.10.4.	Inadimplemento mínimo, adimplemento substancial ou da <i>substantial performance</i> .....	368
1.10.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> ou o dever de mitigar as próprias perdas .....	370
1.10.6.	Regra da irreparabilidade do dano evitável .....	371
2.	Modalidades das Obrigações .....	372
2.1.	Importância prática das classificações .....	372
2.2.	Classificação quanto ao objeto .....	373
2.2.1.	Obrigação de dar coisa certa .....	373
2.2.1.1.	Definição .....	374
2.2.1.2.	Lógicas de justiça .....	374
2.2.1.3.	Melhoramentos e frutos na coisa certa .....	383
2.2.1.4.	Meios processuais para execução .....	384
2.2.2.	Obrigação de dar coisa incerta .....	385
2.2.2.1.	Definição .....	385
2.2.2.2.	Fase da concentração ou da concretização .....	385
2.2.2.3.	Teoria do risco: <i>genus nunquam perit</i> .....	386
2.2.2.4.	Meios processuais para execução .....	387
2.2.2.5.	Coisa incerta/certa vs. coisa fungível/infungível ...	387
2.2.2.6.	Caso da Cédula de Produto Rural e o <i>genus nunquam perit</i> .....	388
2.2.3.	Obrigação de fazer .....	389
2.2.3.1.	Definição .....	389
2.2.3.2.	Meios processuais para execução .....	390
2.2.4.	Obrigação de não fazer .....	390
2.3.	Classificação quanto à pluralidade de objetos .....	391
2.3.1.	Obrigação simples .....	391
2.3.2.	Obrigação composta .....	392



	2.3.2.1. Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	392
	2.3.2.2. Obrigação alternativa .....	392
	2.3.3. Obrigação facultativa .....	395
2.4.	Classificação quanto à pluralidade de sujeitos .....	396
	2.4.1. Obrigação divisível.....	396
	2.4.2. Obrigação indivisível.....	397
	2.4.2.1. Definição.....	397
	2.4.2.2. Pluralidade de devedores .....	398
	2.4.2.3. Pluralidade de credores.....	399
	2.4.3. Obrigação solidária .....	402
	2.4.3.1. Noções gerais.....	403
	2.4.3.2. Solidariedade ativa .....	404
	2.4.3.3. Solidariedade passiva .....	406
	2.4.3.4. Solidariedade mista.....	411
	2.4.3.5. Outras questões.....	411
	2.4.3.6. Caso especial: a penhora em conta conjunta por dívida de um cotitular.....	412
2.5.	Classificação de uma obrigação em relação a outras: o caso das obrigações <i>in solidum</i> .....	413
	2.5.1. Conceituação .....	413
	2.5.2. Obrigações <i>in solidum</i> e obrigações solidárias (ou correaís) no direito romano, no direito civil alemão e no direito civil francês: breves aportes.....	414
2.6.	Questões especiais .....	415
	2.6.1. Obrigações solidárias como <i>joint liability</i> e o problema da responsabilidade vicária (por fato de terceiro) objetiva .....	415
	2.6.2. “Violação de obrigação de supervisão” ( <i>Aufsichtspflichtverletzung</i> ) no Direito Civil alemão: alternativa à responsabilidade objetiva e à exigência de culpa <i>in eligendo</i> ou <i>in vigilando</i> .....	415
	2.6.3. Exemplos de responsabilidade vicária no Brasil.....	416
3.	Transmissão das Obrigações.....	416
	3.1. Cessão de crédito.....	416
	3.1.1. Definição .....	417
	3.1.2. Cessão de crédito e cessão de direito .....	417
	3.1.3. Importância no sistema econômico .....	417
	3.1.4. Cabimento .....	418
	3.1.5. Notificação ao devedor.....	419
	3.1.6. Manutenção das prerrogativas do crédito cedido e o caso da prisão civil.....	419
	3.1.7. Cessão <i>pro soluto</i> e cessão <i>pro solvendo</i> .....	420
	3.1.8. Evicção e cessão de crédito .....	421
	3.1.9. Pluralidade de cessões do mesmo crédito .....	422
	3.1.10. Penhora de crédito.....	422
	3.1.11. Casos especiais .....	423
	3.1.11.1. Pagamento com cheque de terceiro.....	423

3.2.	Assunção de dívida.....	424
3.2.1.	Definição.....	424
3.2.2.	Consentimento do credor.....	425
3.2.3.	Efeitos da assunção.....	425
3.2.3.1.	Efeito liberatório.....	425
3.2.3.2.	Extinção das garantias dadas pelo devedor primitivo.....	426
3.2.3.3.	Extinção das exceções pessoais do devedor primitivo.....	427
3.2.3.4.	Exceções comuns ou ambulatoriais: acompanham ou perseguem a obrigação.....	427
3.2.4.	Espécies de assunção de dívida.....	427
3.2.4.1.	Liberatória e cumulativa (com aportes da Alemanha e do Direito Romano).....	427
3.2.4.2.	Por expromissão ou por delegação.....	428
3.2.5.	Invalidez da assunção: efeitos.....	429
3.2.6.	Casos especiais.....	429
3.2.6.1.	Assunção de dívida no caso de alienação de estabelecimento comercial.....	429
3.3.	Cessão de contrato ou de posição contratual.....	430
3.4.	Casos especiais.....	430
3.4.1.	Contratos de gaveta.....	430
3.4.2.	Anuência do devedor para a cessão de crédito?.....	431
3.4.2.1.	Quadro atual sobre anuência do credor nos casos de cessão de bens objeto de garantia real.....	431
3.4.2.2.	Nossas ressalvas: adequada interpretação do art. 29 da Lei nº 9.514/1997 e proposta de mudança legislativa quanto a normas que exigem consentimento do credor para venda de imóveis objeto de garantia.....	431
4.	Extinção das Obrigações.....	433
4.1.	Definição.....	433
4.2.	Pagamento direto ou adimplemento propriamente dito ( <i>solutio propria</i> ).....	434
4.3.	Pagamento indireto ou adimplemento impróprio ( <i>solutio impropria</i> ): os “sucedâneos do adimplemento” ( <i>Erfüllungssurrogate</i> ) do Direito Civil alemão.....	434
4.4.	Pagamento.....	435
4.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	435
4.4.2.	Requisitos do pagamento.....	435
4.4.3.	Objeto do pagamento.....	436
4.4.3.1.	Princípio da exatidão (vedação do <i>aliud pro alio</i> ): coisa diversa e pagamento parcial.....	436
4.4.3.2.	Dívidas em dinheiro: princípio do nominalismo e suas exceções (cláusula de escala móvel e teoria da imprevisão).....	437

4.4.3.3.	Desequilíbrio superveniente e sinalagma funcional x desequilíbrio congênito e sinalagma genético..	438
4.4.3.4.	Dívida em ouro ou em moeda estrangeira.....	438
4.4.3.5.	Medição e pesagem do objeto do pagamento ....	438
4.4.4.	Prova do pagamento.....	439
4.4.5.	Lugar do pagamento: obrigações quesíveis ( <i>quérables</i> ), portáteis ( <i>portables</i> ) e mistas .....	440
4.4.6.	<i>Solvens</i> (quem pode pagar).....	442
4.4.6.1.	Devedor e seu representante.....	442
4.4.6.2.	Terceiro interessado.....	442
4.4.6.3.	Terceiro não interessado .....	443
4.4.6.4.	Pagamento mediante entrega de coisa por quem não é dono .....	445
4.4.6.5.	Dívida de alimentos e pagamento por terceiro....	446
4.4.7.	<i>Accipiens</i> (a quem pagar).....	446
4.5.	Pagamento em consignação .....	448
4.5.1.	Definição e importância.....	448
4.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	449
4.5.3.	Consequências de consignações fora das hipóteses legais.....	449
4.5.4.	Levantamento do depósito .....	450
4.5.5.	Consignação em pagamento: obrigação ou ônus?.....	450
4.5.5.1.	Causa subjetiva imputada ao credor .....	450
4.5.5.2.	Causa objetiva ou causa subjetiva sem culpa do credor .....	451
4.5.6.	Controvérsia sobre o objeto do pagamento: problemas práticos para o depósito em juízo e o afastamento dos encargos moratórios.....	451
4.6.	Pagamento com sub-rogação .....	452
4.6.1.	Definição.....	452
4.6.2.	Sub-rogação pessoal vs. sub-rogação real .....	453
4.6.3.	Sub-rogação vs. direito de regresso?.....	454
4.6.4.	Pagamento parcial pelo sub-rogado: conflito com credor originário .....	455
4.6.5.	Breve histórico.....	455
4.6.6.	Aprofundamento: sub-rogação é extinção ou transmissão das obrigações?.....	456
4.6.6.1.	Corrente da extinção “referencial” da obrigação: teoria da <i>opération à double face</i> .....	456
4.6.6.2.	Corrente da mera transmissão da obrigação .....	458
4.6.6.3.	Por uma terceira corrente.....	459
4.6.7.	Espécies.....	460
4.6.7.1.	Legal.....	460
4.6.7.2.	Convencional.....	461
4.6.8.	Distinções práticas com outras figuras: caso da prescrição .....	462
4.6.9.	Distinções entre sub-rogação e novação subjetiva.....	462

4.6.10.	Distinções entre sub-rogação e cessão de crédito.....	463
4.7.	Imputação do pagamento.....	463
4.7.1.	Definição e requisitos .....	463
4.7.2.	Direito do devedor.....	464
4.7.3.	Silêncio, ainda que implícito, do devedor.....	464
4.8.	Dação em pagamento.....	465
4.8.1.	Definição.....	465
4.8.2.	Regras de compra e venda.....	465
4.8.3.	Dação em pagamento de título de crédito.....	465
4.8.4.	Evicção da coisa ou do direito dada em pagamento .....	466
4.9.	Novação.....	467
4.9.1.	Definição e requisitos .....	467
4.9.2.	Requisitos.....	467
4.9.2.1.	Efeitos da extinção de obrigação anterior .....	468
4.9.2.2.	<i>Aliquid novi</i> e espécies de novação.....	468
4.9.2.3.	<i>Animus novandi</i> .....	469
4.9.2.4.	Novação por meio da emissão de título de crédito .....	469
4.9.2.5.	Novação de obrigações inválidas? .....	470
4.9.2.6.	Novação de obrigações naturais?.....	470
4.9.2.7.	Novação entre credor e um codevedor solidário... ..	470
4.9.2.8.	Exemplo de utilidade: novos prazos prescricionais .....	470
4.10.	Compensação .....	471
4.10.1.	Definição.....	472
4.10.2.	Requisitos.....	472
4.10.3.	Espécies .....	472
4.10.4.	Momento de extinção da obrigação pela compensação .....	473
4.10.5.	Renúncia expressa e tácita à compensação.....	473
4.10.5.1.	Definições .....	473
4.10.5.2.	Casos especiais.....	473
4.10.6.	Princípio da personalidade .....	474
4.10.6.1.	Definição .....	474
4.10.6.2.	Exceções.....	475
4.10.7.	Penhora do crédito por terceiros antes da existência de reciprocidade de obrigações.....	476
4.10.8.	Vedação à compensação .....	477
4.10.8.1.	Motivo de extrema torpeza .....	477
4.10.8.2.	Motivo de respeito à natureza da dívida.....	478
4.10.8.3.	Motivo de impenhorabilidade .....	478
4.11.	Confusão .....	479
4.12.	Confusão e os honorários devidos pela União à Defensoria Pública da União (DPU) .....	479
4.13.	Remissão das dívidas.....	480

5.	Inadimplemento das Obrigações.....	480
5.1.	Definição e interface com contratos.....	480
5.2.	Espécies de inadimplemento: absoluto e relativo.....	481
5.2.1.	Inadimplemento absoluto.....	482
5.2.1.1.	Perdas e danos.....	482
5.2.1.2.	Cláusula penal compensatória.....	483
5.2.1.3.	Honorários advocatícios.....	486
5.2.1.4.	Custas judiciais.....	489
5.2.1.5.	Outras despesas de cobrança.....	489
5.2.2.	Inadimplemento relativo.....	489
5.2.2.1.	Noções gerais.....	489
5.2.2.2.	Período da normalidade e da anormalidade obrigacional: diferença de juros (remuneratórios e moratórios), correção monetária e aprofundamento de outros encargos moratórios.....	490
5.2.2.3.	Encargos moratórios.....	492
5.3.	Mora.....	500
5.3.1.	Definição.....	500
5.3.2.	Notas sobre a mora e seus efeitos no direito romano: BGB e <i>dies interpellat pro homine</i> ; apropriação antropofágica do direito romano.....	501
5.3.3.	Mora do credor.....	502
5.3.3.1.	Noções gerais e efeitos na conservação da coisa bem, na oscilação do preço e no contrato.....	503
5.3.3.2.	Frutos da coisa (incluindo os juros remuneratórios) e a mora creditoris: obrigação de dar e de restituir e exemplo do inquilino que tenta devolver o imóvel.....	503
5.3.4.	Mora do devedor: perpetuação da obrigação ( <i>perpetuatio obligationis</i> ) e outros efeitos.....	504
5.3.5.	Mora simultânea e mora sucessiva.....	505
5.3.6.	Purga ou emenda da mora.....	506
5.3.7.	Constituição da mora do devedor.....	506
5.3.7.1.	<i>Mora ex re</i> ou automática.....	507
5.3.7.2.	<i>Mora ex persona</i> ou pendente.....	507
5.3.7.3.	Termo inicial dos juros moratórios e da correção monetária na responsabilidade civil contratual e extracontratual.....	508
5.3.8.	Descaracterização da mora do devedor no caso de cobranças indevidas no período da normalidade.....	508
5.3.9.	Efeitos da mora na obrigação de fazer e não fazer.....	508
5.3.10.	Efeitos da mora na obrigação de dar.....	509
5.3.10.1.	Dever de conservação da coisa e direito a ressarcimento com as correspondentes despesas.....	509
5.4.	Abono de pontualidade ou desconto por pagamento antecipado.....	509
5.5.	Arras.....	511

5.5.1.	Definição.....	511
5.5.2.	Consequências da inexecução da obrigação.....	511
5.5.3.	Espécies.....	512
5.5.3.1.	Arras penitenciais (art. 420, CC).....	512
5.5.3.2.	Arras confirmatórias (art. 419, CC).....	512
5.5.4.	Vedação de cumulação com cláusula penal compensatória ...	513
5.5.5.	Arras vs. cláusula penal.....	513
5.5.6.	Limites.....	513
<b>4.</b>	<b>CONTRATOS EM GERAL.....</b>	<b>515</b>
1.	Noções Gerais de Contratos.....	515
1.1.	Definição.....	515
1.2.	Economicidade dos contratos.....	516
1.3.	Fim e limite dos contratos.....	517
1.4.	Vedação ao pacto de corvina (pacto corvino, pacto sucessório ou <i>pacta corvina</i> ).....	517
1.5.	Frustração do fim do contrato.....	518
1.6.	Quebra da base objetiva do contrato.....	519
1.7.	Crise dos contratos.....	519
1.8.	Elementos do contrato.....	519
2.	Formação dos Contratos.....	520
2.1.	Fase da pontuação ou das negociações preliminares.....	520
2.1.1.	Definição.....	520
2.1.2.	Responsabilidade pré-contratual (por culpa <i>in contrahendo</i> ) ...	520
2.2.	Fase da proposta, da policitação ou da oblação.....	522
2.2.1.	Noções gerais.....	522
2.2.2.	Contratos entre presentes.....	522
2.2.3.	Contratos entre ausentes.....	522
2.2.4.	Retratação da aceitação.....	523
2.2.5.	Alerta quanto ao momento de nascimento do contrato.....	523
2.2.6.	Lugar do contrato.....	523
2.2.7.	Relação de consumo.....	524
2.3.	Fase do contrato.....	524
3.	Princípios Contratuais.....	524
3.1.	Princípio da obrigatoriedade, da força obrigatória ou do consensualismo.....	524
3.2.	Princípio da autonomia da vontade.....	525
3.3.	Princípio da supremacia da ordem pública.....	525
3.4.	Princípio da função social.....	526
3.5.	Princípio da boa-fé e a responsabilidade pré-contratual, contratual e <i>post factum finitum</i> .....	526
3.5.1.	Conceitos.....	526
3.5.2.	Superendividamento do consumidor e a boa-fé.....	527

3.6.	Princípio da revisão dos contratos.....	528
3.7.	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato ou da <i>res inter alios acta</i> .....	528
3.7.1.	Exceções.....	529
3.7.1.1.	Herdeiro a título universal .....	529
3.7.1.2.	Estipulação em favor de terceiro.....	529
3.7.1.3.	Contrato com pessoa a declarar ou “cláusula pro amico eligendo”.....	530
3.7.1.4.	Promessa de fato de terceiro .....	531
3.7.1.5.	Doutrina do terceiro cúmplice e tutela externa do crédito .....	534
4.	Classificação dos Contratos, Utilidade e seus Efeitos .....	540
4.1.	Quanto à formalidade .....	540
4.1.1.	Categorias .....	540
4.2.	Quanto à natureza jurídica .....	541
4.3.	Quanto à obrigação das partes envolvidas.....	541
4.3.1.	Categorias .....	541
4.3.2.	Utilidade .....	542
4.3.2.1.	Medidas após do vencimento da obrigação: as exceções pós-vencimento.....	542
4.3.2.2.	Medidas antes do vencimento da obrigação: as exceções de pré-vencimento.....	545
4.4.	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes .....	560
4.4.1.	Categorias .....	560
4.4.2.	Utilidades.....	561
4.4.2.1.	Princípio da proteção simplificada do agraciado .	561
4.4.2.2.	Princípio da garantia e princípio da comutatividade: fundamentos da evicção e dos vícios redibitórios.....	561
4.4.2.3.	Vícios redibitórios.....	562
4.4.2.4.	Evicção .....	572
4.5.	Quanto ao risco das prestações.....	577
4.5.1.	Categorias .....	577
4.5.1.1.	Comutativo ou pré-estimado .....	577
4.5.1.2.	Aleatório.....	578
4.5.2.	Utilidades.....	578
4.5.2.1.	Enfrentamento do risco: exemplo dos negócios agrários.....	578
4.6.	Quanto à negociação das partes.....	580
4.6.1.	Categorias .....	580
4.6.1.1.	Contrato paritário.....	580
4.6.1.2.	Contrato de adesão.....	581
4.6.2.	Utilidade .....	581
4.6.2.1.	Regras de interpretação: cláusulas ambíguas ou contraditórias .....	581

4.6.2.2.	Renúncia antecipada a direito resultante do contrato.....	582
4.6.2.3.	Tutela do abuso do direito nos contratos de adesão: caso da cláusula de eleição de foro.....	582
4.7.	Quanto ao momento do cumprimento.....	582
4.7.1.	Categorias.....	582
4.7.1.1.	Contrato de execução instantânea.....	582
4.7.1.2.	Contrato de execução diferida.....	582
4.7.1.3.	Contrato de execução continuada.....	583
4.7.2.	Utilidade.....	583
4.7.2.1.	Teoria da imprevisão.....	584
4.7.2.2.	Teoria do rompimento das bases objetivas do negócio jurídico (CDC).....	592
4.8.	Quanto à designação da lei.....	593
4.8.1.	Categorias (nominados e inominados) e utilidade.....	593
4.9.	Quanto à disciplina legal.....	593
4.9.1.	Categorias.....	593
4.9.1.1.	Típico.....	593
4.9.1.2.	Atípico.....	593
4.9.1.3.	Misto.....	594
4.9.2.	Considerações.....	594
4.9.2.1.	Distinção em relação aos contratos nominados e inominados.....	594
4.10.	Quanto à independência do contrato.....	594
4.10.1.	Categorias.....	594
4.10.1.1.	Autônomos.....	594
4.10.1.2.	Conexos.....	595
5.	Extinção dos Contratos.....	603
5.1.	Formas de extinção.....	603
5.2.	Resolução por inadimplemento: definição.....	605
5.3.	Resilição unilateral.....	605
5.3.1.	Definição e cabimento.....	605
5.3.2.	Vedação no caso de investimento considerável (resilição unilateral abusiva): consequência, afastamento por cláusula contratual e o caso da Unimed.....	606
5.4.	Resilição bilateral ou distrato.....	607
5.5.	Momento da extinção do contrato na rescisão.....	608
5.5.1.	Resilição bilateral.....	608
5.5.2.	Resilição unilateral.....	608
5.5.3.	Cláusula resolutiva e a resolução.....	608
5.5.3.1.	Cláusula resolutiva expressa e formalidades para provar seu implemento.....	608
5.5.3.2.	Cláusula resolutiva tácita.....	609
5.5.3.3.	Resolução por inadimplemento.....	609



5.5.3.4.	O pacto comissório em contratos de compra e venda.....	611
5.5.3.5.	O protesto como prova do inadimplemento como condição resolutiva.....	611
5.6.	Casos especiais.....	612
5.6.1.	Direito de arrependimento: conceito, consumidor, imóvel na planta e promessa de compra e venda .....	612
5.6.2.	Liberação do imóvel “na planta” objeto de promessa de compra e venda no Registro de Imóveis .....	612
5.6.2.1.	Casos de rescisão unilateral.....	612
5.6.2.2.	Casos de resolução por inadimplemento do preço ..	613
5.6.3.	Escolha entre resolução ou tutela específica antes da sentença.....	613
<b>5.</b>	<b>CONTRATOS EM ESPÉCIE, ATOS UNILATERAIS E PREFERÊNCIAS CREDITÓRIAS .....</b>	<b>615</b>
1.	Considerações gerais .....	615
2.	Compra e venda .....	616
2.1.	Contrato bilateral, consensual e oneroso .....	616
2.2.	Legislação e caso de venda de imóveis.....	616
2.3.	Elementos do contrato de compra e venda .....	616
2.3.1.	Coisa .....	616
2.3.1.1.	Coisa corpórea, atual ou futura e determinável ou determinada .....	616
2.3.1.2.	Riscos pelo perecimento da coisa.....	617
2.3.2.	Preço.....	617
2.3.2.1.	Flexibilização ao <i>sine pretio nulla venditio</i> .....	617
2.3.2.2.	Preço em dinheiro e problema de preço parcial em bem diverso de dinheiro.....	618
2.3.2.3.	O preço na Cédula de Produto Rural.....	619
2.3.3.	Consentimento.....	619
2.4.	Despesas do contrato .....	619
2.5.	Compra e venda entre parentes.....	619
2.5.1.	Venda entre cônjuges .....	619
2.5.2.	Venda para descendentes.....	620
2.5.2.1.	Prova de prejuízo .....	620
2.5.2.2.	Anulabilidade, decadência e legitimidade .....	620
2.5.2.3.	Compra por interposta pessoa.....	621
2.5.2.4.	Forma do consentimento.....	621
2.5.2.5.	Consentimento do cônjuge .....	621
2.5.2.6.	Consentimento de companheiro.....	622
2.5.2.7.	Consentimento dos descendentes.....	622
2.5.2.8.	Desnecessidade de consentimento dos cônjuges dos descendentes.....	622
2.5.2.9.	Descendente ou cônjuge incapaz.....	622

2.5.2.10.	Consentimento de ascendente.....	622
2.5.2.11.	Falta de consentimento de descendente desco- nhecido.....	623
2.5.2.12.	Outros negócios de transmissão onerosa de bens e o caso da hipoteca e de outros direitos reais de garantia.....	623
2.6.	Diferença de área na aquisição de imóveis.....	623
2.6.1.	Tipos de vendas quanto à relevância da área: venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	623
2.6.2.	Presunção relativa de venda <i>ad corpus</i> .....	624
2.6.3.	Caso da venda de apartamentos “na planta”.....	624
2.6.4.	Efeitos jurídicos.....	624
2.6.5.	Decadência.....	625
2.6.5.1.	Regra geral.....	625
2.6.5.2.	Reflexões sobre o termo inicial.....	625
2.6.5.3.	Inaplicabilidade de prazo prescricional.....	626
2.7.	Cláusulas especiais da compra e venda.....	626
2.7.1.	Noções gerais.....	626
2.7.2.	Retrovenda, direito de retrato ou direito de resgate.....	626
2.7.3.	Venda a contento e venda sujeita a prova.....	627
2.7.4.	Preferência, prelação ou preferência.....	627
2.7.5.	Venda com reserva de domínio.....	628
2.7.5.1.	Definição e constituição.....	628
2.7.5.2.	Só para bens móveis.....	628
2.7.5.3.	Perecimento da coisa.....	628
2.7.5.4.	Necessidade de notificação prévia à retomada do bem.....	628
2.7.6.	Venda sobre (ou contra) documento.....	629
3.	Troca ou Permuta.....	630
3.1.	Definição e disciplina legal.....	630
3.2.	Caso de permuta de terreno por unidades futuras: cautelas práticas.....	630
3.3.	Permuta de bens de valores desiguais (com ou sem torna) e o problema do ITCD sobre a diferença.....	630
4.	Contrato Estimatório.....	631
4.1.	Definição.....	631
4.2.	Há transferência da propriedade ao consignatário?.....	632
4.3.	Impenhorabilidade do bem por dívida do consignatário.....	632
4.4.	Transferência dos riscos da coisa para o consignatário ( <i>periculum est emptoris</i> ).....	632
4.5.	Prazo do contrato estimatório.....	632
4.6.	Formas de restituição da coisa pelo consignatário.....	633
5.	Doação.....	633
5.1.	Definição.....	633
5.2.	Elementos do contrato de doação.....	633

5.3.	Quem pode doar?.....	633
5.4.	Quem pode ser donatário? .....	633
5.5.	Aceitação do donatário.....	634
5.6.	Forma e a doação manual.....	634
5.7.	Objeto da doação.....	634
5.8.	Espécies de doação.....	634
5.8.1.	Doação pura, simples ou típica ( <i>vera et absoluta</i> ).....	634
5.8.2.	Doação onerosa, modal, com encargo ou gravada ( <i>donatione sub modo</i> ) .....	634
5.8.3.	Doação remuneratória .....	635
5.8.4.	Doação mista ( <i>negotium mixtum cum donatione</i> ) .....	636
5.8.5.	Doação contemplativa, meritória ou em contemplação de merecimento do donatário .....	636
5.8.6.	Doação a nascituro .....	636
5.8.7.	Doação a concepturo .....	636
5.8.8.	Doação em forma de subvenção periódica .....	637
5.8.9.	Doação em contemplação de casamento futuro ou doação <i>propter nuptias</i> .....	637
5.8.10.	Doação conjuntiva .....	637
5.8.11.	Doação com cláusula de retorno ou reversão .....	638
5.8.12.	Doação a entidade futura .....	638
5.8.13.	Doação universal .....	638
5.8.14.	Doação de cônjuge adúltero a seu cúmplice .....	638
5.8.15.	Doação entre cônjuge e os regimes de bens.....	639
	5.8.15.1. Regimes voluntários diversos do da comunhão universal.....	639
	5.8.15.2. Regime da comunhão universal .....	639
	5.8.15.3. Regime da separação legal .....	641
5.9.	Doação e a proteção da legítima .....	641
5.9.1.	Noções gerais .....	641
5.9.2.	Doação inoficiosa.....	641
	5.9.2.1. Definição e nulidade parcial.....	641
	5.9.2.2. Momento da declaração de nulidade .....	642
	5.9.2.3. Doações sucessivas como burla à inoficiosidade... ..	642
	5.9.2.4. Aplicabilidade mesmo para doações a cônjuge ... ..	642
5.9.3.	Doação a cônjuge ou a descendente como antecipação de herança e doação a ascendente.....	642
	5.9.3.1. Proteção da legítima.....	642
	5.9.3.2. Dever de colação e a dispensa de colação.....	643
	5.9.3.3. Dispensa de colação pós-doação .....	644
	5.9.3.4. Irrelevância de empobrecimento posterior do doador.....	646
	5.9.3.5. Sucessivas doações e a dispensa de colação.....	646
	5.9.3.6. Doação a ascendente .....	646

5.9.3.7.	Doação a ex-cônjuge .....	646
5.9.3.8.	Doação a cônjuge nos casos de não concorrência com descendentes .....	647
5.10.	Revogação da doação.....	647
5.10.1.	Inexecução de encargo .....	647
5.10.2.	Ingratidão.....	647
5.11.	Questões especiais .....	648
5.11.1.	Dízimos, contribuições ou oferendas religiosos: espécie de contrato atípico .....	648
6.	Empréstimo: Locação, Comodato e Mútuo.....	650
6.1.	Noções gerais.....	650
6.2.	Locação.....	650
6.2.1.	Definição.....	650
6.2.2.	Legislação.....	650
6.2.3.	Características.....	651
6.2.4.	Coisa a ser locada.....	651
6.2.4.1.	Coisa consumível.....	651
6.2.4.2.	Coisa inalienável .....	651
6.2.4.3.	Bem incorpóreo ou direitos.....	651
6.2.4.4.	Coisa em condomínio.....	651
6.2.5.	Preço.....	651
6.3.	Cláusula de vigência da locação no caso de alienação da coisa.....	651
6.3.1.	Regra geral .....	651
6.3.2.	Discussão sobre flexibilização do registro da cláusula .....	652
6.4.	Comodato.....	652
6.4.1.	Definição.....	652
6.4.2.	Características.....	653
6.4.3.	Temporiedade do contrato: vedação de prazos eternos .....	653
6.4.4.	Dever de cuidado especial do comodatário.....	653
6.4.4.1.	Noções gerais.....	653
6.4.4.2.	Aprofundamento: origens romanísticas e responsabilidade por custódia.....	653
6.4.5.	Extinção.....	655
6.4.6.	Cobrança de “aluguel-pena” .....	655
6.5.	Mútuo .....	656
7.	Prestação de Serviço.....	657
7.1.	Definição .....	657
7.2.	Características .....	657
7.3.	Objeto.....	657
7.4.	Pessoa jurídica como prestador de serviço.....	658
7.5.	Remuneração .....	658
7.6.	Prazo máximo .....	658
7.7.	Prestação de serviço sem habilitação ou exigência legal .....	658
7.8.	Extinção do contrato de prestação de serviço .....	658

7.9.	Aliciamento de mão de obra .....	659
8.	Empreitada.....	659
8.1.	Definição .....	659
8.2.	Classificação da empreitada quanto ao fornecimento de materiais ....	659
8.2.1.	Empreitada de execução, de labor ou de mão de obra.....	659
8.2.2.	Empreitada de material ou mista .....	660
8.3.	Outras classificações .....	660
8.3.1.	Empreitada propriamente dita vs. empreitada sob administração .....	660
8.3.2.	Distinção entre empreitada a preço fixo e empreitada a preço por medida.....	661
8.4.	Subempreitada .....	662
8.5.	<i>Engineering</i> .....	662
8.6.	Prerrogativas do crédito do empreiteiro: privilégio especial e direito de retenção.....	662
8.7.	Responsabilidade civil do empreiteiro.....	663
8.7.1.	Noções gerais .....	663
8.7.2.	Vício que não afeta a solidez ou a segurança da obra .....	663
8.7.3.	Vício que afeta a solidez ou a segurança da obra .....	663
8.7.4.	Ilícito contratual consistente da má execução da obra contratada.....	664
9.	Depósito .....	664
9.1.	Legislação.....	664
9.2.	Definição .....	664
9.3.	Objeto.....	665
9.4.	Características .....	665
9.5.	Espécies de depósito.....	665
9.6.	Local de restituição .....	666
9.7.	Percimento da coisa .....	666
10.	Mandato.....	666
10.1.	Legislação.....	666
10.2.	Definição e espécies (judicial e extrajudicial) .....	666
10.3.	Natureza personalíssima .....	666
10.4.	Forma do mandato .....	667
10.4.1.	Contrato não solene.....	667
10.4.2.	Procuração .....	667
10.4.3.	Aceitação tácita do mandatário.....	667
10.4.4.	Princípio da atração das formas ou do paralelismo das formas .....	667
10.4.5.	Procuração <i>apud acta</i> .....	667
10.4.6.	Mandato por cegos e analfabetos.....	667
10.4.7.	Reconhecimento de firma em procuração.....	668
10.5.	Objeto do mandato .....	668
10.6.	Classificação .....	668

10.6.1.	Quanto à extensão dos poderes (mandato em termos gerais e mandato com poderes gerais) e os poderes implícitos.....	668
10.6.2.	Quanto aos atos a serem praticados (mandato geral e mandato especial).....	668
10.6.3.	Quanto à pluralidade de mandatários.....	669
10.7.	Presunção de gratuidade.....	669
10.8.	Representação vs. mandato.....	669
10.9.	Mandato e representação vs. nunciatura.....	670
10.10.	Incapaz como mandante.....	670
10.11.	Incapaz como mandatário.....	670
10.12.	Proibições legais de ser mandatário.....	671
10.13.	Substabelecimento.....	671
10.13.1.	Definição, cabimento e responsabilidade civil do substabelecido.....	671
10.13.2.	Espécies de substabelecimento: com ou sem reserva de poderes.....	672
10.13.3.	Caso prático: apropriação indébita por advogado substabelecido.....	672
10.13.4.	Forma do substabelecimento.....	674
10.14.	Procuração em causa própria.....	674
10.14.1.	Regime jurídico.....	674
10.14.2.	Utilização prática.....	674
10.14.2.1.	Formas indiretas de “vender bens” e o problema do ITBI e do registro no cartório.....	674
10.14.2.2.	Forma de prorrogar a venda do imóvel por conta de uma pendência.....	675
10.14.2.3.	Forma de “contratos de gaveta” para imóvel financiado.....	675
10.15.	Obrigações do mandatário.....	675
10.16.	Obrigações do mandante.....	676
10.16.1.	Dever perante terceiros.....	676
10.16.2.	Dever perante mandatário: remuneração e indenização.....	676
10.16.3.	Garantias para o mandatário: direito de retenção e solidariedade passiva.....	676
10.17.	Conflito de interesse.....	676
10.17.1.	Noções gerais.....	676
10.17.2.	Uma mesma pessoa como mandatária das partes de um contrato: é possível?.....	677
10.18.	Excesso de poderes: o mandante e o terceiro.....	678
10.19.	Extinção do mandato.....	678
10.19.1.	Hipóteses.....	678
10.19.2.	Revogação.....	679
10.19.2.1.	Espécies e natureza receptícia.....	679
10.19.2.2.	Cláusula de irrevogabilidade: casos de ineficácia.....	679

10.19.2.3. Caso prático: cláusula-mandato em escrituras de compra e venda .....	679
10.19.3. Morte ou interdição de qualquer das partes.....	680
10.19.3.1. Noções gerais.....	680
10.19.3.2. Questões importantes .....	680
10.20. Mandato aparente .....	681
10.21. Questões especiais .....	682
10.21.1. Cláusula-mandato: instituições financeiras, administradora de cartão de crédito e o caso do cartão de crédito <i>private label</i> ...	682
11. Contratos Empresariais para “Revenda” de Produtos e Serviços: Comissão, Agência e Distribuição .....	684
11.1. Comissão .....	684
11.2. Agência e distribuição .....	685
12. Corretagem.....	687
12.1. Legislação.....	687
12.2. Definição .....	687
12.3. Características .....	687
12.4. Obrigação de resultado e remuneração: caso de negligência do corretor .....	687
12.5. Invalidade do negócio e a remuneração.....	688
12.6. Negócio realizado diretamente entre comitente e a parte, sem intervenção do corretor.....	688
12.7. Intermediação por mais de um corretor .....	688
12.8. Espécies de corretagem.....	689
12.8.1. Classificação tradicional .....	689
12.8.2. Classificação mais moderna .....	689
12.9. Perspectivas futuras da corretagem.....	690
13. Transporte .....	690
14. Seguro .....	691
14.1. Legislação.....	691
14.2. Definição .....	691
14.3. Sujeitos envolvidos no contrato de seguro.....	691
14.4. Contrato aleatório ou comutativo?.....	692
14.5. Contrato de forma livre ou solene?.....	692
14.6. Prestação da seguradora .....	693
14.7. Contrato de adesão.....	693
14.8. Elementos essenciais do seguro.....	693
14.9. Regras relativas à proteção da boa-fé nos contratos de seguro.....	694
14.10. Cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo .....	694
14.11. Reserva técnica .....	694
14.12. Resseguro.....	695
14.13. Cosseguro .....	695
14.14. Apólice vs. bilhete de seguro .....	695
14.15. Seguro em grupo (art. 801, CC).....	695

14.16.	Mora do segurado .....	696
14.17.	Espécies .....	696
14.18.	Seguro de dano .....	696
14.18.1.	Definição, natureza jurídica e sub-rogação .....	696
14.18.2.	Seguro cumulativo ou sobresseguo.....	697
14.18.3.	Cláusula de rateio no caso de seguro parcial .....	697
14.18.4.	Vício intrínseco da coisa .....	697
14.18.5.	Acordo do segurado com terceiros no caso de seguro de responsabilidade civil.....	697
14.18.6.	Casos práticos.....	698
14.18.6.1.	Seguro de veículos e a sub-rogação.....	698
14.18.6.2.	Seguro de incêndio vs. inquilino .....	699
14.18.6.3.	Inoponibilidade da cláusula de eleição de foro contra a seguradora .....	699
14.19.	Seguro de pessoa .....	699
14.19.1.	Noções gerais .....	699
14.19.2.	Espécies de seguro de pessoa .....	700
14.20.	Seguro de vida de terceiros.....	700
14.21.	Casos especiais.....	700
14.21.1.	Suicídio no seguro de vida: relevância só nos dois primeiros anos .....	700
14.21.1.1.	Seguro de veículo e acidente de trânsito.....	701
15.	Constituição de Renda .....	703
15.1.	Definição .....	703
15.2.	Forma.....	703
15.3.	Proximidade com o legado de alimentos .....	703
15.4.	Constituição de renda onerosa sobre imóvel: subsiste como direito real? Cabe o registro na matrícula do imóvel? .....	703
15.5.	Impenhorabilidade da renda gratuita se houver pacto .....	704
15.6.	Limite temporal da constituição de renda.....	704
15.7.	Direito de acrescer.....	704
15.8.	Resgate como forma de extinção da constituição de renda.....	704
16.	Jogo e Aposta .....	705
16.1.	Legislação.....	705
16.2.	Definição .....	705
16.3.	Jogos institucionalizados ou não institucionalizados .....	705
16.4.	Jogos esportivos e não esportivos .....	705
16.5.	Jogos gratuitos institucionalizados ou não .....	705
16.6.	Classificação dos jogos e apostas .....	705
16.6.1.	Ilícitos ou proibidos .....	705
16.6.2.	Lícitos .....	706
16.7.	A questão da exigibilidade das dívidas de jogos ou apostas e os ter- ceiros de boa-fé.....	706
16.8.	Questões especiais .....	707



16.8.1.	Exigibilidade de dívida de jogo no caso de violação da boa-fé objetiva .....	707
16.8.2.	Exigibilidade de empréstimos para jogos ou apostas .....	707
16.8.3.	Distinção em relação aos contratos diferenciais .....	708
16.9.	Sorteio como resolução de conflitos ou de divisão de coisas .....	708
17.	Fiança .....	708
17.1.	Legislação .....	708
17.2.	Definição .....	708
17.3.	Fiança onerosa? .....	708
17.4.	Interpretação e forma escrita .....	710
17.5.	Sub-rogação .....	711
17.6.	Benefício de divisão e benefício de ordem .....	711
17.6.1.	Cofiadores, solidariedade e benefício de divisão .....	711
17.6.2.	Benefício de ordem ou de excussão .....	711
17.6.3.	Aprofundamento: solidariedade passiva e o tríplice privilégio da fiança na Roma antiga e no Brasil: benefício de ordem ou de excussão ( <i>beneficium excussionis vel ordinis</i> ), benefício da divisão ( <i>beneficium divisionis</i> ) e o benefício das ações cedidas ou de direito de regresso ( <i>beneficium cedendarum actionum</i> ) .....	711
17.7.	Classificação quanto à extensão da obrigação (fiança total ou parcial) .....	712
17.8.	Classificação quanto à duração .....	712
17.9.	Extinção .....	712
17.9.1.	Noção geral .....	712
17.9.2.	Alterações das condições da obrigação por vontade do credor....	713
17.9.3.	Impossibilidade de sub-rogação por culpa do credor .....	713
17.9.4.	Exoneração (resilição unilateral) e o “prazo de rescaldo” .....	713
17.9.4.1.	Fiança por prazo determinado .....	713
17.9.4.2.	Fiança por prazo indeterminado .....	714
17.9.4.3.	Caso especial: notificação resilitória precoce na fiança por prazo determinado e comparação com o caso da Lei do Inquilinato .....	714
17.9.4.4.	Cláusula de renovação automática da fiança com a renovação do contrato principal .....	714
18.	Transação .....	715
18.1.	Legislação .....	715
18.2.	Definição .....	715
18.3.	Transação judicial e extrajudicial .....	715
18.4.	Objeto: direitos disponíveis .....	715
18.5.	Natureza declaratória .....	715
18.6.	Princípio da indivisibilidade da transação .....	715
18.7.	Interpretação restritiva .....	716
18.8.	Proteção de terceiros e o caso dos honorários sucumbenciais .....	716
18.9.	Restrições à anulabilidade .....	716
19.	Compromisso .....	716

ATOS UNILATERAIS.....	717
20. Noções gerais.....	717
21. Promessa de recompensa.....	717
22. Gestão de negócios.....	717
22.1. Definição.....	717
22.2. Requisitos da gestão de negócio.....	718
22.3. Espécies de gestão.....	718
22.4. Vontade presumível do dono do negócio.....	718
22.5. Vinculação do dono do negócio e seu dever de reembolsar ou indenizar.....	718
22.6. Responsabilidade civil do gestor do negócio.....	719
22.7. Caso prático: internação de familiar no hospital.....	719
23. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.....	719
23.1. Apresentação do capítulo.....	719
23.2. Direito do enriquecimento sem causa: histórico, direito comparado e opção brasileira.....	720
23.2.1. Introdução.....	720
23.2.2. O que é enriquecimento sem causa?.....	721
23.2.3. Problema histórico.....	721
23.2.4. Opção do CC.....	722
23.2.5. Modelo romano.....	722
23.2.5.1. Notas sobre a herança romanística.....	722
23.2.5.2. Vale a pena estudar o direito romano hoje?.....	722
23.2.5.3. Motivos para estudar o direito romano.....	722
23.2.5.4. As <i>condiciones</i> : origem histórica e reflexões sobre o CC brasileiro.....	724
23.2.5.5. Quase-contratos: categoria do direito romano ainda existente no direito civil francês.....	724
23.2.5.6. A quadripartição do direito romano: contratos, quase-contratos, delitos e quase-delitos.....	725
23.2.5.7. Enriquecimento sem causa: regras claras.....	725
23.2.5.8. Modelo romano propriamente dito.....	725
23.2.5.9. <i>Condictio ob causam finita, condictio ob turpem uel iniustam causam</i> e <i>condictio ex causa furtiva</i> .....	726
23.2.5.10. Repetição do indébito ou indevido ( <i>indebitum solutum</i> ).....	727
23.2.5.11. Enriquecimento por virtude de uma causa que deixou de existir.....	727
23.2.5.12. Enriquecimento por falta do resultado previsto... ..	728
23.2.5.13. Considerações finais sobre a relevância do direito romano: as vidas ilustres dos romanistas.....	728
23.2.6. Modelo alemão.....	731
23.2.6.1. Enriquecimento sem causa por prestação ( <i>Leistungskondiktio</i> ).....	731

23.2.6.2.	Enriquecimento sem causa por intervenção ( <i>Ein-griffskondiktion</i> ) .....	731
23.2.6.3.	Interface do direito restitutivo com outros ramos jurídicos: notas sobre os casos Blake (Reino Unido), Eduardo Cunha (Brasil) e O. J. Simpson (EUA) .....	732
23.3.	Pagamento indevido no CC .....	733
23.3.1.	Definição de repetição de indébito no CC .....	733
23.3.2.	Distinção em relação ao enriquecimento sem causa: o prazo prescricional como exemplo de utilidade prática.....	733
23.3.3.	Pagamento objetivamente indevido vs. pagamento subjetivamente indevido .....	733
23.3.4.	Dívida sujeita a condição e a termo suspensivos.....	734
23.3.5.	Definição e o erro como requisito .....	734
23.3.6.	Excludentes da repetição de indébito .....	734
23.3.6.1.	Obrigação natural .....	734
23.3.6.2.	Obrigação lícita .....	734
23.3.7.	Tutela da boa-fé de quem recebeu o pagamento .....	734
23.3.8.	Casos especiais .....	735
23.3.8.1.	Cobrança indevida em conta-corrente.....	735
23.3.8.2.	Cobrança indevida de tributos.....	735
23.3.8.3.	Repetição de indébito de obrigação de fazer ou de não fazer.....	735
23.3.8.4.	Repetição de indébito de obrigação de alienação de imóvel.....	735
23.4.	Enriquecimento sem causa no CC.....	736
23.4.1.	Noções gerais .....	736
23.4.2.	Dever de restituir o ganho ilícito e a ação <i>in rem verso</i> .....	736
23.4.3.	Correção monetária do valor a ser devido .....	736
23.4.4.	Requisitos da ação <i>in rem verso</i> .....	737
23.4.5.	Vantagens imateriais como ensejador de enriquecimento sem causa .....	737
23.4.6.	“Lucro da Intervenção” ou “enriquecimento sem causa por intervenção” .....	738
23.4.6.1.	Noções gerais.....	738
23.4.6.2.	Prescrição.....	739
23.4.6.3.	Enriquecimento sem causa por intervenção e o STJ: caso do uso indevido da imagem de uma atriz.....	739
23.4.6.4.	Quantificação do “lucro por intervenção” (enriquecimento sem causa por intervenção): aprofundamento .....	740
23.4.7.	Casos especiais .....	741
23.4.7.1.	Aproveitamento parasitário.....	741
23.4.7.2.	A jurisprudência do STJ e os casos Prada e Coco Bambu: aprofundamento e os supostos “lucros cessantes” do art. 210, LPI.....	742

23.4.7.3.	STJ e vedação da incidência de encargos bancários sobre valores a serem devolvidos por instituições financeiras ao mutuário em razão de cobranças ilícitas .....	743
23.4.8.	A restituição do ganho ilícito como um entre outros remédios do direito civil para fatos jurídicos ilícitos: experiências do direito britânico .....	744
23.4.8.1.	Ilícitos civis e remédios no direito civil brasileiro.....	744
23.4.8.2.	A restituição do ganho ilícito (vedação ao enriquecimento ilícito) e sua interface com a indenização (responsabilidade civil).....	745
24.	Preferências e Privilégios Creditórios.....	747
24.1.	Noções gerais.....	748
24.2.	Irrelevância da categorização antes da declaração de insolvência: princípio do <i>prior in tempore potior in iure vs.</i> princípio da <i>par conductio creditorum</i> .....	748
24.3.	Categorização hierárquica dos créditos.....	749
<b>6.</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL</b> .....	<b>751</b>
1.	Noções Gerais .....	751
1.1.	Definição .....	751
1.2.	A independência das instâncias de responsabilidade (penal, administrativa e civil etc.) e o efeito pamprocessual do processo penal .....	752
1.2.1.	Noções gerais .....	753
1.2.2.	É preciso aguardar trânsito em julgado de condenação criminal?.....	754
1.2.3.	O art. 935 do CC como regra geral de direito .....	754
1.2.4.	A possibilidade de suspensão do processo civil: art. 315, CPC .....	755
1.2.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e as exceções à independência das esferas.....	755
1.2.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude .....	757
1.2.6.1.	Noções gerais.....	757
1.2.6.2.	Estado de perigo agressivo ( <i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e defensivo ( <i>defensiver Notstand</i> , § 228, BGB) .....	757
1.2.6.3.	Absolvição criminal por fundada dúvida da excludente: ausência do efeito pamprocessual do processo penal.....	758
1.2.6.4.	Absolvição criminal por certeza da excludente: ocorrência do efeito pamprocessual do processo penal, mas com consequências limitadas.....	758
1.2.6.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa putativa .....	759
1.2.6.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa com <i>aberratio ictus</i> .....	760

1.2.6.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e <i>aberratio ictus</i> .....	760
1.2.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e a absolvição pelo tribunal do júri.....	761
1.2.8.	O efeito pamprocessual do processo penal e a Lei de Abuso de Autoridade .....	761
1.2.9.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro.....	762
1.2.10.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro por agente de segurança pública.....	763
1.2.11.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude: síntese .....	763
1.2.12.	Improbidade administrativa e o princípio da independência das instâncias: efeito pamprocessual dos processos penal e civil quanto ao mérito .....	764
1.2.13.	O efeito pamprocessual do processo penal, os reflexos da absolvição por atipicidade, formal ou material, inclusive na improbidade administrativa (art. 386, III, CPP) e o interesse do réu de recorrer contra a própria absolvição.....	765
1.2.14.	A ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal .....	766
1.2.15.	Termo inicial da ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal .....	767
1.2.16.	Prescrição penal aplicada à responsabilidade civil.....	768
1.2.17.	Reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal e preservação da pretensão indenizatória.....	769
1.3.	Atenção para os efeitos concretos da responsabilidade.....	769
1.4.	Responsabilidade pressuposta.....	770
1.5.	Responsabilidade civil por dano enorme.....	770
1.6.	Sistemas de dano indenizável: alemão, francês e o risco geral da vida ( <i>allgemeines Lebensrisiko</i> ).....	771
1.6.1.	Sistema alemão ou típico.....	771
1.6.1.1.	Definição .....	771
1.6.1.2.	Críticas ao sistema alemão e o risco geral da vida ( <i>allgemeines Lebensrisiko</i> ) ou teoria da esfera de risco.....	771
1.6.2.	Sistema francês ou atípico.....	772
1.7.	Dano-evento vs. dano-prejuízo .....	772
1.8.	Responsabilidade sem dano.....	773
1.9.	Teoria do dano punitivo .....	774
1.10.	Regra da irreparabilidade do dano evitável.....	775
1.11.	Teoria (ou tese) da culpa contra a legalidade.....	775
1.12.	Meios de enfrentar os riscos envolvidos na responsabilidade civil .....	776
1.13.	Transmissibilidade da responsabilidade civil.....	776
1.13.1.	Direito à reparação.....	776
1.13.2.	Dever de reparar .....	777

1.13.3.	Casos especiais .....	777
1.13.3.1.	Alimentos indenizativos ou pensão alimentícia aquiliana.....	777
1.13.3.2.	Legitimidade ativa dos pais como únicos herdeiros da vítima para a ação de indenização por dano moral do filho falecido.....	779
1.13.3.3.	Direito ou dever à reparação como objeto do inventário e a partilha.....	780
1.14.	Responsabilidade do incapaz .....	780
1.14.1.	Regra geral .....	780
1.14.1.1.	“Capacidade para responder por ilícitos civis” ( <i>Deliktsfähigkeit</i> ) .....	781
1.14.1.2.	Subjetiva.....	781
1.14.1.3.	Limitada (ou condicional), mitigada e equitativa.	782
1.14.1.4.	Subsidiária .....	783
1.14.2.	Direito de regresso do representante contra o incapaz?.....	786
1.14.3.	Responsabilidade de pais por filhos maiores .....	786
1.14.4.	Situações especiais.....	787
1.14.4.1.	Ressarcimento como medida socioeducativa .....	787
1.14.5.	Menor emancipado.....	787
1.14.6.	Responsabilidade dos representantes do incapaz: questão da “autoridade e companhia” .....	788
1.14.7.	Responsabilidade de pai ou mãe sem a guarda.....	789
1.14.8.	Responsabilidade de pai ou mãe com guarda compartilhada	791
1.14.9.	Responsabilidade dos pais por ato praticado pelo filho na escola .....	791
1.15.	Responsabilidade solidária .....	792
1.15.1.	Solidariedade ativa.....	792
1.15.2.	Solidariedade passiva.....	792
1.15.3.	Responsabilidade vicária ou por fato de terceiro .....	793
1.15.3.1.	Responsabilidade vicária: definição e experiência norte-americana.....	793
1.15.3.2.	Requisitos e evolução do sistema de culpa presumida para o de responsabilidade objetiva.....	794
1.15.3.3.	Responsabilidade objetiva pura (própria) e impura (imprópria): uma problema de nomenclatura.....	794
1.15.3.4.	Teoria da substituição.....	795
1.15.3.5.	Casos do art. 932, CC.....	795
1.15.3.6.	Interface com CDC.....	797
1.15.4.	Casuística.....	798
1.15.4.1.	Causadores de dano ambiental.....	798
1.15.4.2.	Coautoria e empréstimo de veículo .....	800
1.15.4.3.	Operadora de plano de saúde e médico da rede credenciada.....	800
1.15.4.4.	Agência de turismo e serviços turísticos.....	800

1.15.4.5.	Hospital e médico.....	802
1.15.4.6.	Responsabilidade civil do médico (e dos profissionais de saúde em geral) e a área terapêutica..	802
1.15.4.7.	Responsabilidade civil por erro em exame laboratorial.....	803
1.15.4.8.	Responsabilidade civil do advogado e do médico e a aplicação da teoria da perda de uma chance: um paradoxo?.....	804
1.15.4.9.	Necessidade de conhecimentos interdisciplinares para enfrentar problemas de direito médico ou que envolvam as ciências forenses.....	804
1.15.4.10.	Escola e empresa de transporte escolar vinculada.....	805
1.15.4.11.	Responsabilidade civil em hospedagem do tipo “Airbnb”.....	805
1.15.4.12.	Responsabilidade civil por acidente de trânsito a jornalista “convidado” a cobrir lançamento de produto de uma grande empresa.....	806
1.16.	Dano reflexo, por ricochete ou indireto.....	807
1.16.1.	Conceituação.....	807
1.16.2.	Fatos geradores de dano moral reflexo.....	807
1.16.3.	Legitimados a pleitear dano moral reflexo e o problema do valor.....	808
1.16.4.	Dano moral pelo espólio cumulado com dano moral reflexo: caso da morte imediata.....	809
2.	Ilícitude do Ato.....	810
2.1.	Responsabilidade civil por ato ilícito.....	810
2.1.1.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude.....	810
2.1.2.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude putativas.....	810
2.1.3.	Da dúvida jurídica razoável como excludente de responsabilidade civil ou como redutor do valor da indenização.....	811
2.1.4.	Do descabimento da responsabilidade civil por controvérsia ou mudança jurisprudenciais acerca da ilicitude.....	812
2.2.	Responsabilidade civil por ato lícito.....	813
2.2.1.	Requisitos.....	814
2.3.	Classificação do dano injusto e o dano justo.....	814
2.4.	Casuística.....	815
2.4.1.	Repreensão de aluno por professora ou aluno.....	815
2.4.2.	Rompimento de namoro ou traição e o “risco geral da vida” ( <i>allgemeines Lebensrisiko</i> ).....	816
2.4.3.	Divulgação, pelo traído, de conversas e fotos íntimas do traidor em redes sociais.....	816
2.4.4.	Rompimento de noivado.....	816
2.4.5.	Rompimento de noivado e contrato de despesas de casamento: a os contratos esponsalícios do século XXI e os aprestos (preparação do casamento).....	818
2.4.6.	Abandono do nubente no altar.....	818

2.4.7.	Adultério e amante.....	818
2.4.8.	Abandono afetivo de filho .....	820
2.4.9.	Abandono material de filho.....	821
2.4.10.	Condomínio por furtos ou agressões físicas nas áreas comuns .....	821
2.4.11.	Estelionato sentimental ( <i>romance scam</i> ).....	822
2.4.12.	Empréstimos bancários tomados no exclusivo interesse do ex-namorado .....	822
2.4.13.	Mera propositura de ações judiciais manifestamente descabidas, sicofantas ou simuladas ( <i>sham litigation</i> ): responsabilidade civil por chicana processual.....	822
2.4.14.	Honorários contratuais .....	823
2.4.15.	Zona livre para ofensas .....	823
2.4.16.	Ofensas nas redes sociais.....	823
3.	Indenização .....	824
3.1.	Princípio da <i>restitutio in integrum</i> .....	824
3.2.	Compensação vs indenização: caso do dano moral e o princípio da satisfação compensatória.....	825
3.3.	Exceções ao princípio da <i>restitutio in integrum</i> .....	826
3.3.1.	Casos de redução equitativa .....	827
3.3.1.1.	Art. 928, parágrafo único, CC .....	827
3.3.1.2.	Art. 944, parágrafo único, CC: culpa desproporcional .....	828
3.3.2.	Casos de tabelamento.....	829
3.3.2.1.	Convenção de Montreal: transporte aéreo internacional .....	829
3.3.2.2.	Dano a trabalhador .....	830
3.4.	Culpa concorrente e o caso do art. 738, parágrafo único, CC.....	830
3.4.1.	Conceituação .....	830
3.4.2.	Culpa concorrente de passageiro (art. 783, parágrafo único, CC).....	831
3.4.3.	Compensação do lucro com o dano ( <i>compensatio lucri cum damno</i> ) .....	831
3.4.3.1.	Definição, direito comparado e Brasil: caso do benefício do INSS e do seguro DPVAT .....	831
3.4.3.2.	Experiência do direito holandês .....	832
3.4.4.	Casuística.....	832
3.4.4.1.	Caso da fuga de paciente menor de hospital .....	832
3.4.4.2.	Caso do furto de caminhão em pátio de oficina .....	832
3.5.	Indenização: <i>in natura</i> ou pecúnia? .....	833
3.5.1.	Regra geral: preferência da indenização <i>in natura</i> em relação à indenização pecuniária.....	833
3.5.2.	Caso de responsabilidade contratual: cumprimento forçado da prestação pactuada vs. indenização <i>in natura</i> .....	834
3.5.3.	Parâmetros para a indenização <i>in natura</i> .....	834



3.5.4.	Responsabilidade civil vs. cumprimento de obrigação de restituir coisa fungível.....	835
3.5.5.	Cumulação de indenização <i>in natura</i> com indenização pecuniária pelo dano residual .....	836
3.6.	Indenização no caso de morte, incapacidade laboral ou outra lesão à saúde.....	836
3.6.1.	Regras gerais.....	836
3.6.2.	Pensão alimentícia indenizativa ou aquiliana.....	837
3.6.2.1.	Caso de morte .....	837
3.6.2.2.	Caso de incapacidade laboral .....	839
3.6.2.3.	Valor dos alimentos em salário mínimo vs. correção monetária.....	840
3.6.2.4.	Cumulação dos alimentos indenizativos (ou aquilianos) e benefícios previdenciários.....	840
3.6.2.5.	Constituição de capital .....	841
3.6.2.6.	Alteração superveniente .....	842
3.6.2.7.	Prisão civil.....	843
3.6.3.	Substituição da pensão alimentícia por uma prestação única .....	844
3.6.3.1.	Caso de incapacidade laboral: experiência nos EUA e caso brasileiro .....	844
3.6.3.2.	Caso de morte .....	844
3.7.	Dano (material ou moral) presumido ou <i>in re ipsa</i> .....	845
3.7.1.	Definição.....	845
3.7.2.	<i>Res ipsa loquitur</i> .....	845
3.7.3.	Diferença entre a <i>res ipsa loquitur doctrine</i> e o dano <i>in re ipsa</i> .....	845
3.7.4.	Exemplos .....	847
3.7.4.1.	Uso indevido de marca.....	847
3.7.4.2.	Morte de membro de família de baixa renda.....	847
3.7.4.3.	Devolução indevida de cheque.....	847
3.7.4.4.	Inclusão indevida do nome em cadastro de inadimplentes.....	847
3.7.4.5.	Ofensa à dignidade humana (caso de desocupação forçada da residência) .....	848
3.7.4.6.	Uso indevido de imagem para fins econômicos ou comerciais.....	848
4.	Classificação da Responsabilidade Civil .....	849
4.1.	Quanto à origem.....	849
4.1.1.	Problema de nomenclatura, críticas à classificação e teorias... ..	849
4.1.2.	Responsabilidade contratual.....	850
4.1.3.	Responsabilidade extracontratual ou aquiliana.....	850
4.1.4.	Responsabilidade pela quebra da confiança: uma terceira categoria?.....	850
4.1.5.	Relevância prática.....	851
4.1.5.1.	Presunção de culpa com inadimplemento.....	851
4.1.5.2.	Termo inicial dos juros moratórios .....	851

4.2.	Quanto à ilicitude: responsabilidade por ato ilícito e ato lícito.....	851
4.3.	Quanto à culpa .....	852
4.3.1.	Responsabilidade subjetiva .....	852
4.3.2.	Responsabilidade objetiva .....	852
4.3.2.1.	Noções gerais.....	853
4.3.2.2.	Breve histórico.....	853
4.3.2.3.	Teorias do risco .....	855
4.3.3.	Casuística.....	858
5.	Pressupostos da Responsabilidade Civil .....	858
5.1.	Conduta.....	859
5.1.1.	Comissiva ou omissiva.....	859
5.1.2.	Espécies de responsabilidade quanto à conduta.....	860
5.1.2.1.	Responsabilidade direta ou por ato próprio .....	860
5.1.3.	Responsabilidade indireta .....	860
5.1.3.1.	Vicária ou por fato de terceiro.....	861
5.1.3.2.	Pelo fato da coisa.....	861
5.1.3.3.	Pela guarda de animal .....	868
5.2.	Culpa.....	868
5.2.1.	Conceito.....	868
5.2.2.	Casuística.....	869
5.2.2.1.	Responsabilidade de empresa de vigilância perante banco diante de assalto .....	869
5.3.	Nexo causal.....	869
5.3.1.	Teorias do nexo causal .....	870
5.3.1.1.	Teoria da equivalência das condições ou da <i>conditio sine qua non</i> .....	870
5.3.1.2.	Teoria da causalidade adequada .....	871
5.3.1.3.	Teoria do dano direto e imediato .....	874
5.3.1.4.	Teoria da imputação objetiva .....	877
5.3.1.5.	Teoria da finalidade protetiva ou do âmbito de proteção da norma ( <i>Lehre vom Schutzzweck der Norm</i> ).....	877
5.3.1.6.	Causalidade que fundamenta a responsabilidade ( <i>haftungsbegründende Kausalität</i> ) e causalidade que preenche a responsabilidade ( <i>haftungsausfüllende Kausalität</i> ) .....	878
5.4.	Dano.....	879
5.4.1.	Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	880
5.4.2.	Dano puramente econômico ( <i>pure economic loss; reiner oder bloßer Vermögensschaden</i> ).....	880
5.4.3.	Espécies de danos indenizáveis.....	881
5.4.3.1.	Dano material: dano emergente e lucros cessantes .....	881
5.4.3.2.	Dano moral .....	885
5.4.3.3.	Dano estético .....	891

5.4.3.4.	Perda de uma chance.....	892
5.4.3.5.	Definição e cabimento.....	893
5.4.3.6.	Crítério para estipulação do que é chance “séria, real e razoável”.....	893
5.4.3.7.	Natureza jurídica: dano autônomo ou um dano material ou moral?.....	893
5.4.3.8.	Origem histórica e principais obras brasileiras.....	894
5.4.3.9.	Arbitramento.....	894
5.4.3.10.	Casuística.....	895
5.4.3.11.	Perda do tempo livre ou lesão ao tempo.....	897
5.4.3.12.	Dano existencial.....	898
5.4.3.13.	Danos transindividuais ou coletivos.....	899
5.4.3.14.	Imposto de Renda e as espécies de danos.....	904
6.	Excludentes da Responsabilidade Civil.....	905
6.1.	Excludentes de ilicitude.....	905
6.2.	Culpa exclusiva da vítima.....	906
6.3.	Caso fortuito e força maior.....	906
6.3.1.	Definição.....	907
6.3.2.	Excludente de responsabilidade subjetiva.....	907
6.3.3.	Excludente de responsabilidade objetiva: fortuito interno e externo.....	907
6.3.4.	Diretrizes para distinguir os fortuitos interno e externo: pro- porcionalidade, AED e legítima expectativa da vítima.....	907
6.3.5.	Casuística.....	909
6.3.5.1.	Responsabilidade do transportador.....	910
6.3.5.2.	Responsabilidade de posto de gasolina.....	911
6.3.5.3.	Responsabilidade de <i>shopping center</i> .....	912
6.3.5.4.	Responsabilidade de instituição financeira.....	912
6.3.5.5.	Responsabilidade de transportador de dinheiro..	913
6.3.5.6.	Responsabilidade de empresas por assaltos, se- questros ou outros danos em estacionamento privativo de clientes ou seu interior.....	914
6.3.5.7.	Responsabilidade de empresas de estacionamento por assaltos.....	915
6.3.5.8.	Responsabilidade de empresas que oferece serviço de manobrista.....	915
6.3.5.9.	Tiroteio em via pública entre assaltantes e segu- ranças contratados por empresas.....	915
7.	Responsabilidade Civil do Estado.....	916
7.1.	Noções gerais.....	916
7.2.	Requisitos e excludentes de responsabilidade.....	916
7.3.	Teoria da dupla garantia: direito de regresso ou ação direta contra agente causador do dano.....	916
7.4.	Responsabilidade por conduta omissa.....	917
7.5.	Responsabilidade civil do Estado por morte de detento.....	917

7.6.	Responsabilidade por ato legislativo e jurisdicional .....	918
7.6.1.	Noções gerais .....	918
7.6.2.	Ato legislativo.....	918
7.6.3.	Ato jurisdicional.....	919
7.7.	Serviços notariais e de registro e a responsabilidade civil.....	919
7.7.1.	Noções gerais .....	919
7.7.2.	Responsabilidade do oficial .....	919
7.7.3.	Responsabilidade civil do preposto.....	919
7.7.4.	Capacidade de ser parte: pessoa do oficial, e não cartório .....	920
7.7.5.	Responsabilidade do Estado por ato do oficial extrajudicial....	920

## 7. DIREITO DAS COISAS..... 921

1.	Direito das Coisas .....	921
1.1.	Noções gerais.....	921
1.2.	Distinção em relação aos Direitos Obrigacionais.....	922
1.3.	Histórico.....	922
1.4.	Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto.....	923
1.5.	<i>ius in personam</i> e <i>ius in rem</i> .....	923
1.6.	Bens corpóreos ou incorpóreos .....	923
1.7.	Direitos reais e figuras afins .....	923
1.7.1.	Obrigações <i>propter rem</i> .....	923
1.7.1.1.	Noções gerais.....	923
1.7.1.2.	Caso das dívidas de condomínio e exclusão dos honorários sucumbenciais na pertinente ação de cobrança.....	924
1.7.1.3.	Caso dos tributos reais.....	924
1.7.1.4.	Caso dos direitos de vizinhança .....	925
1.7.1.5.	Caso do dever de restauração do meio ambiente .....	925
1.7.2.	Ônus reais .....	925
1.7.2.1.	Noções gerais.....	925
1.7.2.2.	Significado próprio e impróprio de ônus real .....	925
1.7.2.3.	Caso da renda constituída sobre móveis e imóveis.....	926
1.8.	Propriedade e domínio .....	926
1.9.	Abuso de direito no exercício do direito de propriedade.....	926
1.10.	Mudanças no perfil de propriedade: do modelo clássico de propriedade exclusiva para os arranjos da economia do compartilhamento (Era do <i>Spotify</i> , <i>Uber</i> , <i>Time Sharing</i> etc.) .....	927
2.	Direito Real: Conceitos Gerais .....	927
2.1.	Introdução .....	928
2.2.	Teoria realista vs. teoria personalista .....	928
2.3.	Princípios (características) dos direitos reais .....	929
2.3.1.	Princípio da taxatividade ( <i>numerus clausus</i> ) e tipicidade? .....	929

2.3.1.1.	Noções gerais.....	929
2.3.1.2.	Direitos reais vs. direitos obrigacionais com eficácia real.....	930
2.3.1.3.	Exemplo de utilidade prática no debate: aplicação do art. 108, CC.....	931
2.3.2.	Princípio do absolutismo (oponibilidade <i>erga omnes</i> ).....	931
2.3.3.	Princípio da aderência ou da inerência (direito de seqüela) ....	931
2.3.4.	Princípio da prevalência ( <i>prior in tempore, potior in iure</i> ) .....	932
2.4.	Constituição de direitos reais.....	933
2.4.1.	Imóveis .....	934
2.4.1.1.	Regra (princípio da inscrição).....	934
2.4.1.2.	Exceções .....	934
2.4.1.3.	Questões especiais.....	934
2.4.2.	Móveis .....	936
2.4.2.1.	Regra e exceções.....	936
2.4.2.2.	Questões especiais.....	937
2.4.3.	Registro público e transmissão da propriedade: aprofundamentos.....	937
2.4.3.1.	Transmissão da propriedade: tradição (bens móveis) e registro (bens imóveis) .....	938
2.4.3.2.	Tabelionato de notas e registro de imóveis: notário e registrador .....	938
2.4.3.3.	Registro de título ou de direitos ( <i>registration of title</i> ) e registro de documentos ( <i>registration of deeds</i> ) .....	938
2.4.3.4.	Algumas regras do registro imobiliário: legalidade, publicidade, continuidade registral, prioridade e unicidade matricial de título .....	939
2.4.3.5.	Prestígio ao princípio da concentração na matrícula do imóvel: art. 54, parágrafo único, da Lei nº 13.097/2015 .....	939
2.4.3.6.	Modelo alemão e modelo franco-belga .....	940
2.4.3.7.	Sistema Torrens: Ulrich Hübbe, o registro imobiliário australiano e o Brasil.....	942
2.4.3.8.	Concentração dos atos registrais e oponibilidade do direito real à propriedade sobre bens móveis e sobre bens imóveis: caso hipotético com aportes do direito romano, do direito comparado e do direito civil brasileiro.....	943
2.4.3.9.	Responsabilidade contratual, por custódia e o comodato.....	943
2.4.3.10.	Aquisição por terceiro de boa-fé .....	945
2.4.3.11.	<i>Ius in personam</i> e <i>ius in rem</i> à luz do caso hipotético: aportes do direito romano e do direito comparado para entender o direito civil brasileiro.....	946
2.4.3.12.	Interpretação finalística, taxatividade mitigada ou abertura tipológica do rol (taxativo?) dos direitos reais.....	947

2.4.3.13.	Dupla compra e venda ( <i>Doppelverkauf</i> ) e a questão do adquirente de boa-fé na Áustria e no Brasil: quem fica com o imóvel? .....	948
2.4.3.14.	Reconhecimento de fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente .....	949
2.4.3.15.	O maior prestígio ao princípio da concentração dos atos registrais .....	949
2.4.3.16.	Áustria: princípio da entabulação ( <i>Intabulationsprinzip</i> ) e princípio da tradição ( <i>Traditionsprinzip</i> ) .....	950
2.4.3.17.	Alemanha e a aquisição por terceiro de boa-fé....	950
2.4.3.18.	A diferença entre os direitos civis alemão e austríaco e o direito romano quanto à proteção da aquisição por terceiro de boa-fé.....	950
2.4.3.19.	Direito civil brasileiro e a aquisição pelo terceiro de boa-fé.....	950
2.4.3.20.	Casos doutrinários e jurisprudenciais .....	951
2.5.	Princípios (ou atributos) do direito real de propriedade .....	952
2.5.1.	Princípio da plasticidade ou da elasticidade do direito real de propriedade.....	952
2.5.1.1.	Noções gerais.....	952
2.5.1.2.	Poderes inerentes à propriedade e a plasticidade .....	952
2.5.1.3.	Classificação da propriedade quanto à plenitude	954
2.5.1.4.	Uma questão de nomenclatura: gravame ou ônus real .....	958
2.5.2.	Princípio da perpetuidade do direito real de propriedade.....	958
2.5.3.	Princípio da exclusividade .....	959
2.5.3.1.	Noções gerais.....	959
2.5.3.2.	Condomínio de origem romana e germânica: caso do direito das coisas .....	959
2.5.3.3.	Caso do ITBI sobre frações ideais no caso de partilha de imóveis em caso de divórcio (“permuta de frações ideais?”) .....	959
2.5.4.	Propriedade aparente: uma decorrência dos princípios da função social e da boa-fé.....	960
3.	Direito de Vizinhança.....	961
3.1.	Definição e característica.....	961
3.2.	Conceito de vizinho .....	962
3.3.	Classificação dos direitos de vizinhança quanto à onerosidade .....	962
3.4.	Uso anormal da propriedade .....	963
3.4.1.	Cessaçao de interferências exorbitantes.....	963
3.4.2.	Ameaça de ruína: ação de dano infecto e exigência de garantia.....	963
3.4.3.	Direito de garantia no caso de uso temporário do imóvel por vizinho .....	963

3.5.	Árvores limítrofes .....	964
3.6.	Passagem forçada .....	964
3.7.	Passagem de cabos e tubulação .....	965
3.8.	Águas .....	965
3.9.	Delimitação entre os prédios e direito de tapagem .....	965
3.9.1.	Direito de demarcação ou de estrear .....	965
3.9.2.	Direito de tapagem .....	966
3.9.3.	Direito de construir .....	967
4.	Condomínio .....	968
4.1.	Espécies de condomínio no direito das coisas .....	968
4.1.1.	Categorias e a questão da pluralidade de pessoas .....	968
4.2.	Condomínio tradicional .....	969
4.2.1.	Definição e as concepções romana e germânica de condomínio .....	969
4.2.2.	Silêncio do título aquisitivo de um bem: definição da fração ideal .....	970
4.2.3.	Legitimação concorrente para proteção da coisa perante terceiros .....	970
4.2.4.	Uso da coisa comum .....	970
4.2.5.	Direito de preferência no caso de alienação da fração ideal ...	970
4.2.6.	Direito de preferência no caso de locação da coisa comum ...	970
4.2.7.	Condomínio <i>pro diviso</i> e <i>pro indiviso</i> e o direito de preferência .....	971
4.2.7.1.	Noções gerais .....	971
4.2.7.2.	Possibilidade da tomada de empréstimo para exercício do direito de preferência do condômino em coisa indivisível .....	971
4.2.8.	Renúncia liberatória (art. 1.316, CC) e procedimento de registro no caso de imóvel .....	971
4.2.9.	Extinção do condomínio: divisão da coisa comum divisível ou venda da coisa indivisível .....	973
4.2.10.	Administração do condomínio tradicional e capacidade para ser parte em atos extrajudiciais e judiciais .....	974
4.2.11.	Presunção de administrador e a possibilidade de usucapião ..	974
4.3.	Condomínio necessário, legal ou forçado .....	975
4.4.	Condomínio edilício .....	975
4.4.1.	Legislação .....	975
4.4.2.	Definição .....	975
4.4.3.	Condomínio edilício horizontal ou vertical .....	976
4.4.4.	Nascimento do condomínio edilício: instituição vs. constituição do condomínio edilício .....	977
4.4.4.1.	Instituição .....	977
4.4.4.2.	Constituição do condomínio edilício .....	978
4.4.4.3.	Casos especiais .....	979

4.4.5.	Eficácia da convenção condominial para regular relações entre os condôminos .....	983
4.4.5.1.	Regra geral.....	983
4.4.5.2.	Falta da natureza propter rem da contribuição condominial na falta de registro da convenção do condomínio.....	983
4.4.5.3.	Compromisso arbitral em convenção de condomínio.....	984
4.4.6.	Contribuição (quota) condominial.....	985
4.4.6.1.	Noções gerais: definição e contribuição ordinária e extraordinária.....	985
4.4.6.2.	Contribuição vs. convenção: forma para alteração do valor .....	986
4.4.6.3.	Proporção devida a cada condômino.....	986
4.4.6.4.	Obrigações de pagar contribuição se unidade está em condomínio tradicional.....	987
4.4.6.5.	Exigência de situação de adimplência do condômino.....	988
4.4.7.	Administração do condomínio.....	989
4.4.7.1.	Noções gerais e papel do síndico .....	990
4.4.7.2.	Conselho fiscal.....	990
4.4.7.3.	Benfeitorias.....	990
4.4.7.4.	Construções (acessões) .....	990
4.4.7.5.	Assembleias: quorum e convocação.....	991
4.4.7.6.	Coleta de assinatura posteriormente à assembleia para obtenção de quorum: discussão acerca da dilação do prazo de votação, a situação dos arts. 1.353 e 1.354-A e a “sessão digital contínua” .....	991
4.4.7.7.	Métodos eletrônicos de reunião e de votação.....	992
4.4.8.	Punição a condômino inadimplente e ao antissocial .....	992
4.4.8.1.	Regra geral.....	992
4.4.8.2.	Procedimento: contraditório .....	993
4.4.8.3.	Questões especiais.....	994
4.4.9.	Legitimidade processual do condomínio .....	994
4.4.9.1.	Regra geral.....	994
4.4.9.2.	Legitimidade processual do condomínio edilício para defesa de interesses comuns .....	995
4.4.9.3.	Illegitimidade para pleitear indenização por dano moral sofrido pelos condôminos.....	995
4.4.10.	Condomínio edilício em parcela de um imóvel .....	995
4.4.11.	Condomínio edilício de graus sucessivos.....	995
4.4.11.1.	Definição e requisitos.....	995
4.4.11.2.	Casos especiais .....	996
4.4.12.	Condomínio edilício com vários prédios .....	997
4.4.12.1.	Definição e conveniência da descentralização de gestão.....	997



4.4.12.2.	Associação de moradores vs. condomínio edilício .....	998
4.5.	Condomínio de lotes.....	998
4.5.1.	Cobrança de taxa associativa em loteamentos fechados.....	999
4.6.	Condomínio urbano simples .....	1000
4.7.	Condomínio em multipropriedade.....	1000
4.7.1.	Importância prática e exemplos de aproveitamento econômico do bem: caso do intercâmbio e do regime de <i>pool</i> .....	1001
4.7.2.	Definição e o instituto no mundo e no Brasil.....	1001
4.7.3.	Multipropriedade sobre móveis.....	1003
4.7.4.	Multipropriedade sobre imóveis .....	1003
4.7.4.1.	Legislação aplicável e analogia com condomínio edilício para lacunas legais .....	1003
4.7.4.2.	Objeto: imóveis rurais e urbanos.....	1004
4.7.4.3.	Nomenclatura: imóvel-base, fração de tempo, unidade periódica e quota de fração de tempo ..	1004
4.7.4.4.	Unidade periódica: um direito real sobre coisa própria.....	1004
4.7.4.5.	Unidade periódica como uma evolução da abstração do conceito de imóvel: a classificação da unidade periódica com a mesma categoria do imóvel-base.....	1005
4.7.4.6.	A multipropriedade imobiliária como um parcelamento temporal de uma coisa imóvel física.....	1005
4.7.4.7.	Decorências da natureza da unidade periódica como direito real sobre coisa própria: impostos reais, instituição de direitos reais sobre coisa alheia e usucapião.....	1006
4.7.4.8.	Alienabilidade e instituição de ônus real.....	1007
4.7.4.9.	Penhorabilidade da unidade periódica e o caso da impenhorabilidade do bem de família.....	1008
4.7.4.10.	Irrelevância da pluralidade de pessoas.....	1008
4.7.4.11.	Limite quantitativo de unidades periódicas por pessoa: cabimento, o problema da usucapião das unidades periódicas excedentes e o procedimento no Cartório de Imóveis .....	1009
4.7.4.12.	Limites temporais a cada unidade periódica: fração mínima de parcelamento temporal e outras restrições.....	1009
4.7.4.13.	Indivisibilidade da fração temporal da unidade período: descabimento do “desdobro temporal”..	1010
4.7.4.14.	“Unidade periódica de conservação”: aplicabilidade ou não do período mínimo de 7 dias?.....	1010
4.7.4.15.	Conveniência de fragmentar o período da unidade periódica de conservação entre os períodos das demais unidades periódicas .....	1011
4.7.4.16.	A titularidade dos mobiliários do imóvel-base.....	1011

4.7.4.17.	Conservação dos mobiliários do imóvel-base: teoria do risco e o problema da compensação pelo tempo perdido pelo multiproprietário.....	1011
4.7.4.18.	Condomínio multiproprietário enquanto sujeito de direito: consequências práticas e contratação de serviços comuns (luz, telefone etc.).....	1012
4.7.4.19.	Administrador e síndico: atribuições e recomendações na redação da convenção .....	1013
4.7.4.20.	Assembleias do condomínio multiproprietário .....	1013
4.7.4.21.	Instituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos, formação do nome do condomínio, forma do instrumento e aspectos de registros públicos .....	1013
4.7.4.22.	Constituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos e aspectos de registros públicos.....	1014
4.7.4.23.	Punições contra condômino multiproprietário inadimplente e antissocial: limites da multa, constitucionalidade da proibição de fruição e problema da expulsão definitiva .....	1015
4.7.4.24.	Condomínio multiproprietário em unidade autônoma de condomínio edilício .....	1016
4.7.4.25.	Condomínio multiproprietário em lote de condomínio de lotes ou em unidade de condomínio urbano simples.....	1022
4.8.	Fundo de investimento .....	1023
4.8.1.	Definição e exemplos .....	1023
4.8.2.	Legislação e classificação quanto à tipicidade.....	1024
4.8.3.	Responsabilidade limitada ou ilimitada do quotista .....	1025
4.8.4.	Mudança do regulamento: da responsabilidade ilimitada para a limitada .....	1025
4.8.5.	Papel da CVM .....	1026
4.8.6.	Constituição do fundo de investimento, o caso do “fundo de fato” e a sua autonomia pessoal, patrimonial, processual e obrigacional do fundo.....	1026
4.8.7.	Natureza jurídica de condomínio especial como sujeito de direito despersonalizado.....	1026
4.8.8.	Os prestadores de serviço ao fundo: administrador, gestor e custodiante.....	1028
4.8.9.	Responsabilidade dos prestadores de serviços do fundo de investimento apenas por dolo ou má-fé nas suas atuações dentro das regras de funcionamento do fundo.....	1028
4.8.10.	Presunção de ciência dos riscos pelo investidor: obstáculos à responsabilização do administrador do fundo de investimento e o entendimento do STJ.....	1029
4.8.11.	Patrimônio de afetação em favor de classes de quotistas.....	1031
4.8.12.	Problemas práticos envolvendo os fundos de investimento ....	1031

4.8.12.1.	Atos, registros públicos e processos em nome do administrador com base na equivocada interpretação de que os fundos não podiam figurar em contratos .....	1031
4.8.12.2.	Fundo de Investimento Imobiliário e o caso do patrimônio de afetação .....	1032
4.8.12.3.	A responsabilidade do administrador no Fundo de Investimento Imobiliário (FII): aparente antinomia entre CC e Lei do FII .....	1033
4.8.12.4.	Quota como bem móvel: descabimento de ITBI ou de outorga conjugal para alienação .....	1034
4.8.12.5.	Quota como objeto de alienação, direitos reais sobre coisa alheia, de cessão fiduciária e penhora? .....	1034
4.8.12.6.	Necessidade de mudanças legislativas para adaptação à realidade contemporânea de desmaterialização da propriedade .....	1035
4.8.12.7.	Responsabilidade da instituição bancária que recomenda a aquisição de quotas de fundos a seus clientes .....	1035
4.8.12.8.	Fundo de Investimento em direito creditório: natureza jurídica de instituição financeira, possibilidade de fiança como garantia de cessões de crédito pro solvendo e não sujeição à Lei de Usura.....	1036
5.	Direitos Reais em Espécie .....	1037
5.1.	Noções gerais: direitos reais sobre coisa própria e sobre coisa alheia. ....	1037
5.2.	Direito real de propriedade.....	1038
5.2.1.	Noções gerais .....	1038
5.2.2.	Objeto.....	1038
5.2.3.	Descoberta (antiga “invenção”).....	1039
5.2.4.	Aquisição imobiliária .....	1040
5.2.4.1.	Noções gerais.....	1040
5.2.4.2.	Transmissão, sucessão causa mortis, usucapião e legitimação fundiária .....	1040
5.2.4.3.	Acessão sobre imóveis .....	1041
5.2.5.	Aquisição mobiliária .....	1043
5.2.5.1.	Tradição, sucessão causa mortis e usucapião .....	1043
5.2.5.2.	Ocupação, tesouro, especificação e acessão de móvel a móvel (confusão, comistão e adjunção)...	1044
5.2.6.	Extinção.....	1045
5.2.6.1.	Alienação.....	1045
5.2.6.2.	Desapropriação .....	1045
5.2.6.3.	Perecimento.....	1046
5.2.6.4.	Renúncia e abandono .....	1046
5.3.	Laje .....	1049
5.3.1.	Definição, espécies e requisitos.....	1050
5.3.2.	Mesma pessoa como titular da construção-base e das lajes....	1050

5.3.3.	Lajes sucessivas (graus de laje).....	1050
5.3.4.	Dispensa de entrada para as lajes e a aplicação do direito de vizinhança .....	1051
5.3.5.	Natureza jurídica: direito real sobre coisa própria ou alheia? Questões práticas: tributos reais (IPTU etc.), ônus reais etc. ....	1051
5.3.6.	Laje como um “parcelamento vertical” do imóvel: uma forma de maximizar a função social dos imóveis .....	1052
5.3.7.	Observância da legislação urbanística e a qualificação do título pelo cartório de imóveis.....	1052
5.3.8.	Titularidade do solo: ausência de frações ideais.....	1052
5.3.9.	Condomínio necessário sobre partes comuns do edifício: consequências práticas e regras de administração .....	1052
5.3.10.	Direito de preferência .....	1053
5.3.10.1.	Motivação e ordem de prioridade no exercício do direito de preferência .....	1053
5.3.10.2.	Prazo para exercício do direito de preferência.....	1054
5.3.10.3.	Negócios de alienação que atraem o direito de preferência.....	1054
5.3.11.	Penhorabilidade e o direito de preferência.....	1054
5.3.12.	Extinção da laje .....	1054
5.3.13.	Procedimento no cartório de registro de imóveis.....	1055
5.3.13.1.	Instituição da laje de primeiro grau e alienação a terceiros.....	1055
5.3.13.2.	Instituição de lajes sucessivas.....	1055
5.3.13.3.	Averbação de edificações na laje .....	1055
5.4.	Direito real de aquisição.....	1056
5.5.	Direitos reais de gozo .....	1057
5.5.1.	Noções gerais e o caso da enfiteuse.....	1057
5.5.2.	Enfiteuse, aforamento ou emprazamento .....	1058
5.5.2.1.	Natureza jurídica e restrições do CC/2002 .....	1058
5.5.2.2.	Partes, modo de instituição e direito de preferência.....	1058
5.5.2.3.	Perpetuidade .....	1059
5.5.2.4.	Encargos a serem pagos pelo enfiteuta: cânon e laudêmio .....	1059
5.5.2.5.	Pena de comisso.....	1059
5.5.2.6.	Eleição de cabecel.....	1059
5.5.3.	Superfície.....	1060
5.5.3.1.	Legislação .....	1061
5.5.3.2.	Definição .....	1061
5.5.3.3.	Instituição .....	1061
5.5.3.4.	Objeto do direito real de superfície: espaço aéreo e subsolo.....	1061
5.5.3.5.	Cânon superficiário, proibição de “laudêmio superficiário” e alienabilidade da superfície.....	1062

5.5.3.6.	Direito de preferência no caso de alienação.....	1062
5.5.3.7.	“Direito de sobrelevação” (superfície de segundo grau) vs. laje.....	1062
5.5.3.8.	Apropriação das acessões com a extinção da superfície.....	1062
5.5.3.9.	Prazo para o direito real de superfície.....	1062
5.5.4.	Servidão.....	1063
5.5.4.1.	Definição.....	1063
5.5.4.2.	Constituição e usucapião.....	1063
5.5.4.3.	Características da servidão.....	1064
5.5.4.4.	Benfeitorias necessárias na servidão e a renúncia liberatória.....	1066
5.5.4.5.	Princípio da menor onerosidade da servidão.....	1066
5.5.4.6.	Classificação da servidão.....	1067
5.5.5.	Usufruto.....	1069
5.5.5.1.	Definição.....	1069
5.5.5.2.	Objeto.....	1070
5.5.5.3.	Quase usufruto, usufruto impróprio ou usufruto imperfeito.....	1070
5.5.5.4.	Constituição e o caso dos usufrutos legais.....	1070
5.5.5.5.	Inalienabilidade do usufruto.....	1071
5.5.5.6.	Usufruto deducto ou reservado.....	1073
5.5.5.7.	Usufruto sucessivo e o problema da predestinação da titularidade de direitos sobre a coisa.....	1074
5.5.5.8.	Compra e venda bipartida e efeitos tributários....	1074
5.5.5.9.	Compra e venda bipartida com doação modal de dinheiro e com cláusula de inalienabilidade: aspectos registrares.....	1075
5.5.5.10.	Usufruto para deixar imóvel “no nome do filho”: aspectos tributários, sucessórios e dever de colação.....	1076
5.5.5.11.	Extinção do usufruto e a dispensa de prazo para o “não uso”.....	1077
5.5.6.	Uso.....	1077
5.5.7.	Habitação.....	1078
5.5.8.	CUEM e CDRU.....	1078
5.6.	Direitos reais de garantia.....	1079
5.6.1.	Aspectos gerais sobre as formas de garantias de dívidas.....	1079
5.6.1.1.	Princípio da patrimonialidade, regra <i>prior in tempore, potior in iure</i> , penhora e a importância das garantias.....	1079
5.6.1.2.	Vulnerabilidade das garantias reais diante de créditos trabalhistas e tributários: o “drible” da alienação fiduciária em garantia.....	1080
5.6.1.3.	Formas de garantias do adimplemento de dívida.....	1085

5.6.2.	Requisitos dos Direitos Reais de Garantia.....	1087
5.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	1087
5.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	1088
5.6.2.3.	Requisitos formais.....	1088
5.6.2.4.	Especialização da dívida e o registro no cartório.	1088
5.6.2.5.	Direitos reais de garantia para dívidas futuras e eventuais.....	1089
5.6.2.6.	Garantia real a <i>non domino</i> : a pós-eficacização com a propriedade superveniente.....	1089
5.6.2.7.	Garantia real por condômino.....	1089
5.6.2.8.	Hipoteca sobre vias férreas.....	1090
5.6.3.	Características dos direitos reais de garantia e regras gerais...	1091
5.6.3.1.	Acessoriedade.....	1091
5.6.3.2.	Indivisibilidade dos direitos reais.....	1091
5.6.3.3.	Vedação ao pacto comissório.....	1092
5.6.3.4.	Controvérsia do “pacto marciano”.....	1093
5.6.3.5.	Direito de prelação do credor com garantia real.	1094
5.6.3.6.	Remição por sucessores do devedor.....	1094
5.6.3.7.	Subsistência do saldo devedor remanescente.....	1095
5.6.3.8.	Vencimento antecipado da dívida.....	1095
5.6.3.9.	Prefixação do valor do bem objeto de garantia vs. dispensa de avaliação posterior.....	1097
5.6.4.	Espécies de Direitos Reais de Garantia.....	1097
5.6.4.1.	Penhor.....	1097
5.6.4.2.	Hipoteca.....	1105
5.6.4.3.	Anticrese.....	1120
5.7.	Figuras diversas dos direitos reais de garantia.....	1121
5.7.1.	Propriedade fiduciária (fruto de uma alienação fiduciária em garantia).....	1121
5.7.1.1.	Definição.....	1121
5.7.1.2.	A alienação fiduciária em garantia como uma espécie de negócio fiduciário: “fiduciante” vs. “fiduciário”.....	1121
5.7.1.3.	Legislação.....	1122
5.7.1.4.	Quem pode ser credor fiduciário?.....	1122
5.7.1.5.	Modo de constituição.....	1123
5.7.1.6.	Dispensa de escritura pública para alienação fiduciária em garantia sobre imóveis.....	1123
5.7.1.7.	Coisa móvel fungível e títulos de crédito como objeto: o problema do registro de títulos e documentos.....	1123
5.7.1.8.	Resolução da propriedade, consolidação da propriedade e procedimento executivo.....	1124
5.7.1.9.	Saldo devedor remanescente após a execução da garantia fiduciária.....	1129

5.7.1.10.	Responsabilidade pelas obrigações <i>propter rem</i> ...	1130
5.7.1.11.	Alienação fiduciária sobre bens móveis fungíveis	1131
5.7.2.	Caução .....	1131
5.7.2.1.	Definição e natureza jurídica (direito real ou obrigacional).....	1131
5.7.2.2.	Caução de dinheiro .....	1132
5.7.2.3.	Caução de imóvel em locação urbana .....	1135
5.7.2.4.	Caução de direitos aquisitivos sobre imóvel .....	1136
5.7.2.5.	Caução de direito creditório decorrente de contratos preliminares ou definitivos de alienação de imóveis.....	1137
5.7.2.6.	Caução de direitos de crédito, inclusive os hipotecários ou pignoratícios.....	1137
5.7.3.	Cessão fiduciária de direitos .....	1137
5.7.3.1.	Definição, cabimento e registro .....	1137
5.7.3.2.	Penhora nos casos de cessão fiduciária de direitos e de quotas de fundos de investimento.....	1138
5.7.3.3.	Operacionalização da garantia e sua execução judicial e extrajudicial da garantia fiduciária: caso de crédito pecuniário e das instituições financeiras..	1139
5.7.3.4.	Cessão fiduciária de créditos hipotecários .....	1140
5.7.3.5.	Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento e a locação urbana .....	1140
5.7.3.6.	Cessão fiduciária vs. caução: direitos creditórios ou aquisitivos relativos a negócios imobiliários....	1140
5.7.3.7.	Cessão fiduciária em direitos do agronegócio.....	1142
5.7.4.	Patrimônio de afetação, patrimônio separado ou patrimonial especial.....	1142
5.7.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	1142
5.7.4.2.	Utilidade e hipóteses legais.....	1143
5.7.4.3.	Regime fiduciário.....	1144
5.7.4.4.	<i>Escrow account</i> vs. patrimônio de afetação vs. penhora: o exemplo dos contratos administrativos de serviços de mãos de obra terceirizadas.....	1145
6.	Ocupações: posse, detenção e tença .....	1146
6.1.	Noções gerais.....	1146
6.2.	Posse e quase posse.....	1147
6.2.1.	Definição .....	1147
6.2.2.	Repercussões práticas e usucapião de direitos reais menores: exemplo da usucapião de hipoteca.....	1147
6.3.	Titularidades de direitos .....	1148
6.3.1.	Os objetos: obrigação, direitos da personalidade, direito real, posse e detenção.....	1148
6.3.2.	Questões práticas .....	1148
6.3.2.1.	Inventário de posse de qualquer bem e detenção de imóvel público .....	1148

6.3.2.2.	Suspensão do inventário para prévia averbação de construções erguidas no imóvel .....	1149
6.3.2.3.	Transferência da posse como benefício patrimonial para caracterização de crimes envolvendo corrupção de agentes públicos .....	1149
6.4.	Teorias da posse .....	1150
6.4.1.	Teoria subjetiva.....	1150
6.4.2.	Teoria objetiva.....	1150
6.4.3.	Teorias sociológicas ou teorias sociais.....	1151
6.4.4.	Caso brasileiro: teoria objetiva em regra e híbrida para usucapião.....	1151
6.4.5.	Repercussão prática: posse e usucapião por incapaz? Aquisição da posse como um ato-fato jurídico. Comparação com direito português.....	1152
6.4.6.	Direito comparado: a teoria da posse em Portugal.....	1153
6.5.	Casos de detenção .....	1154
6.5.1.	Fâmulo da posse (art. 1.198, CC).....	1154
6.5.2.	Casos do art. 1.208.....	1154
6.5.2.1.	Mera tolerância ou mera permissão.....	1154
6.5.2.2.	Violência enquanto durar .....	1155
6.5.2.3.	Clandestinidade enquanto durar .....	1155
6.5.3.	Coisas inapropriáveis.....	1155
6.6.	Ato precário: controvérsias e problema da usucapião.....	1156
6.7.	Ocupantes irregulares de bens públicos .....	1158
6.7.1.	Natureza jurídica: posse ou detenção? .....	1158
6.7.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1159
6.8.	Posse pelo ente público sobre os seus bens .....	1159
6.8.1.	Presunção absoluta de posse em favor do ente público.....	1159
6.8.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1159
6.9.	Usucapião de direitos reais diversos da propriedade sobre bens públicos: possibilidade e a posição do STJ sobre a enfiteuse.....	1160
6.9.1.	Foro e laudêmio na enfiteuse .....	1160
6.9.2.	Usucapião sobre qualquer direito real e prazo aplicável.....	1161
6.9.3.	Abolição da enfiteuse civil pelo CC/2002 e ultratividade do CC/1916.....	1161
6.9.4.	Usucapião de enfiteuse sobre bem público: possibilidade, conforme STJ .....	1162
6.10.	Usucapião de bens públicos e situação das empresas estatais.....	1162
6.11.	Posse sobre bens incorpóreos: usucapião e interditos possessórios? ..	1163
6.12.	Composse, posse comum ou compossessão .....	1164
6.12.1.	Noções gerais .....	1164
6.12.1.1.	Espécies: composse pro diviso e pro indiviso.....	1164
6.12.1.2.	Composse edilícia.....	1166



6.13.	Classificação da posse .....	1170
6.13.1.	Posse de boa-fé e de má-fé .....	1170
6.13.1.1.	Definição .....	1170
6.13.1.2.	Natureza referencial da classificação.....	1171
6.13.1.3.	Presunção de boa-fé com justo título.....	1171
6.13.1.4.	Poses em áreas com restrições urbanísticas ou ambientais.....	1171
6.13.1.5.	Casos de cessões de posse em loteamentos irregulares.....	1171
6.13.2.	Posse com ou sem justo título .....	1172
6.13.3.	Posse justa e injusta.....	1174
6.13.4.	Rol exemplificativo do art. 1.200 do CC, e importância e relatividade da classificação .....	1174
6.13.4.1.	Conexão com art. 1.208 do CC.....	1174
6.13.5.	Posse plena e menos plena (direta ou indireta): o desmembramento da posse.....	1174
6.13.5.1.	Definição .....	1175
6.13.5.2.	Atuação em nome e no interesse de quem? Posse direta vs. detenção.....	1175
6.13.5.3.	Desmembramento sucessivo da posse.....	1176
6.13.6.	Posse velha ou nova vs. ação de força nova e de força velha.	1176
6.14.	Inversão (intersversão) da posse e a presunção de continuidade dos caracteres da posse .....	1177
6.14.1.	Noções gerais .....	1178
6.14.2.	Intersversão da posse ou detenção precária: (in)admissibilidade .....	1178
6.15.	Aquisição da posse.....	1178
6.15.1.	Aquisição direta ou indireta.....	1178
6.15.2.	Aquisição originária (posse originária) e aquisição derivada (posse derivada).....	1179
6.15.3.	Presunção relativas de posse sobre o mobiliário.....	1179
6.16.	Transmissão da posse .....	1179
6.16.1.	Espécies de tradição.....	1179
6.16.1.1.	Tradição real .....	1179
6.16.1.2.	Tradição ficta ou simbólica .....	1180
6.16.2.	Somatório do tempo de posse.....	1185
6.16.2.1.	Noções gerais e importância (ex.: usucapião) .....	1185
6.16.2.2.	Acessio possessionis (sucessão a título singular ou particular).....	1185
6.16.2.3.	Sucessio possessionis (sucessão a título universal).....	1186
6.16.2.4.	O caso do legado e da herança: somatório obrigatório da posse.....	1186
6.16.2.5.	Reflexos na contagem do prazo de usucapião .....	1187

6.16.2.6.	Reflexo no direito à indenização por benfeitorias .....	1187
6.16.3.	Efeitos jurídicos da posse: aprofundamento em ações possessórias, usucapião, indenização, frutos etc.....	1188
6.16.3.1.	Noções gerais.....	1188
6.16.3.2.	Proteção interdital.....	1188
6.16.3.3.	Frutos.....	1196
6.16.3.4.	Produtos.....	1197
6.16.3.5.	Benfeitorias .....	1198
6.16.3.6.	Resumo da responsabilidade civil do possuidor de má-fé.....	1198
6.16.3.7.	Acessões artificiais.....	1198
6.16.3.8.	Indenização por danos.....	1199
6.16.3.9.	Desapropriação judicial privada (art. 1.228, §§ 4º e 5º, CC).....	1199
6.16.3.10.	Usucapião: definição, direito comparado e aprofundamento teórico e prático.....	1203
7.	Parcelamento do Solo: noções gerais .....	1221
7.1.	Noções gerais .....	1221
7.2.	Área rural .....	1221
7.3.	Área urbana .....	1221
8.	Noções Gerais de Incorporação Imobiliária.....	1222
9.	Noções de Registro de Imóveis .....	1223
10.	Noções de Ocupações Irregulares e a Regularização Fundiária.....	1224
11.	Programas Habitacionais do Governo .....	1224
<b>8.</b>	<b>DIREITO DE FAMÍLIA .....</b>	<b>1227</b>
1.	Introdução.....	1227
2.	Modelos de família .....	1228
2.1.	Princípios de direito de família.....	1228
2.1.1.	Princípio da solidariedade familiar .....	1228
2.1.2.	Princípio da monogamia .....	1228
2.1.3.	Princípio da diversidade familiar ou da pluralidade de entidades familiares .....	1229
2.1.4.	Princípio da igualdade da filiação .....	1229
2.1.5.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente....	1229
2.1.6.	Princípio da proteção integral da criança e do adolescente....	1230
2.1.7.	Princípio da parentalidade responsável .....	1230
2.1.8.	Princípio da proteção integral da pessoa idosa .....	1230
2.1.9.	Princípio da proteção dos vulneráveis.....	1231
2.1.10.	Princípio da proteção do jovem.....	1231
2.1.11.	Princípio da afetividade .....	1231
2.1.12.	Princípio da convivência familiar .....	1231
2.1.13.	Princípio da prioridade relativa da família natural.....	1232

2.2.	Família eudemonista .....	1233
2.2.1.	Felicidade e afeto no Direito de Família .....	1233
2.2.2.	Desdobramentos .....	1233
2.2.2.1.	Família homoafetiva .....	1234
2.2.2.2.	Controvérsias sobre o concubinato .....	1234
2.2.2.3.	Multiparentalidade .....	1238
2.2.2.4.	Filiação socioafetiva .....	1241
2.2.2.5.	Família virtual ( <i>iFamily</i> ) .....	1249
2.3.	Espécies de entidades familiares .....	1250
2.3.1.	Família matrimonial .....	1250
2.3.2.	Família informal .....	1250
2.3.3.	Família monoparental .....	1251
2.3.4.	Família anaparental .....	1251
2.3.5.	Família pluriparental, recomposta, reconstituída ou mosaico... ..	1251
2.3.5.1.	Definição .....	1251
2.3.5.2.	Prevalência relativa dos pais sobre os padrastos e madrastas .....	1252
2.3.5.3.	Casos especiais .....	1252
2.3.6.	Família de criação .....	1255
2.3.6.1.	Definição .....	1255
2.3.6.2.	Consequências práticas .....	1255
2.3.7.	Família coparental ou a coparentalidade .....	1255
2.3.7.1.	Definição .....	1255
2.3.7.2.	Adoção de menores como forma de alcançar coparentalidade? .....	1256
2.3.7.3.	Coparentalidade com multiparentalidade? .....	1256
2.3.7.4.	Contrato de coparentalidade: validade ou eficá- cia? .....	1256
3.	União Estável .....	1257
3.1.	Histórico .....	1258
3.2.	Definição e distinção em relação ao concubinato .....	1258
3.3.	Casamento vs. união estável vs. concubinato .....	1258
3.4.	Requisitos da união estável .....	1259
3.4.1.	Duas (?) pessoas .....	1259
3.4.2.	Convivência <i>more uxorio</i> pública, contínua e duradoura .....	1259
3.4.2.1.	Definição .....	1259
3.4.2.2.	Dispensa de coabitação .....	1259
3.4.2.3.	Existência de tempo mínimo? .....	1260
3.4.2.4.	Aprofundamento: prática e prova da união está- vel .....	1260
3.4.3.	Objetivo de constituir família .....	1261
3.4.3.1.	Definição .....	1261
3.4.4.	Distinção diante do noivado .....	1261
3.4.5.	Distinção diante do namoro qualificado .....	1261

3.5.	Modo de constituição e dissolução .....	1262
3.5.1.	Presença dos requisitos fáticos .....	1262
3.5.2.	Contrato de namoro: nulidade, mas é meio de prova .....	1262
3.5.3.	Judicialização, escritura pública, instrumento particular, RTD, RCPN? .....	1263
3.6.	Conversão em casamento .....	1264
3.6.1.	Procedimento judicial e extrajudicial? .....	1264
3.7.	Regime de bens na união estável .....	1265
3.8.	Equiparação absoluta ou relativa à família matrimonial? .....	1265
3.8.1.	Casos de equiparação .....	1265
3.8.1.1.	Regime da separação legal e causa suspensiva ...	1265
3.8.1.2.	Presunção de paternidade .....	1265
3.8.1.3.	Vocação de ordem hereditária .....	1266
3.8.1.4.	Direito real de habitação .....	1266
3.8.1.5.	Vênia convivencial e regras processuais nas demandas que versem sobre direito real imobiliário .....	1266
3.8.1.6.	Condição de herdeiro necessário? .....	1268
4.	Casamento .....	1268
4.1.	Natureza jurídica .....	1268
4.2.	Natureza jurídica do ato de casar e do pacto antenupcial na classificação dos fatos jurídicos: teoria dos atos de fala e enunciado performativo .....	1268
4.3.	Capacidade para casamento .....	1269
4.3.1.	Regras gerais .....	1270
4.3.2.	Questões controversas .....	1270
4.3.2.1.	Consequência do casamento infantil: anulabilidade .....	1270
4.3.2.2.	União estável por menor de 16 anos .....	1271
4.3.2.3.	Emancipação no caso de invalidação de casamento de menor .....	1271
4.4.	Procedimento para casamento .....	1271
4.4.1.	Habilitação .....	1272
4.4.1.1.	Documentação .....	1272
4.4.1.2.	Proclamas e impugnações .....	1273
4.4.1.3.	Certificado de habilitação .....	1274
4.4.2.	Celebração .....	1274
4.4.3.	Registro .....	1274
4.4.4.	Espécies de casamento quanto à celebração .....	1274
4.4.4.1.	Casamento civil .....	1274
4.4.4.2.	Casamento religioso com efeitos civis .....	1275
4.4.5.	Direito comparado .....	1275
4.4.5.1.	Casamento islâmico na Inglaterra e caso brasileiro .....	1275
4.5.	Prova do casamento .....	1276

4.5.1.	Impossibilidade de comprovação da realização do casamento.....	1277
4.5.2.	Casamento de brasileiro no exterior .....	1277
4.6.	Efeitos do casamento.....	1278
4.6.1.	Efeitos pessoais.....	1278
4.6.2.	Efeitos sociais.....	1279
4.6.3.	Efeitos patrimoniais.....	1279
4.7.	Caracteres do casamento .....	1279
4.8.	Pressupostos matrimoniais (plano da existência).....	1279
4.8.1.	Definição, hipóteses e aprofundamento para o caso de incompetência da autoridade celebrante .....	1279
4.8.2.	Aplicação analógica da figura do casamento putativo .....	1281
4.8.3.	Viabilidade da caracterização de união estável .....	1281
4.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1281
4.9.1.	Hipóteses.....	1282
4.10.	Questões especiais .....	1283
4.10.1.	Casamento avuncular (com tios).....	1283
4.10.2.	Casamento avuncular e o caso do jogador de futebol Hulk: casamento com sobrinha da ex-esposa é vedado? .....	1283
4.10.3.	Casamento com filho adotivo de ex-cônjuge: caso do diretor de cinema Woody Allen.....	1283
4.11.	Causas suspensivas.....	1284
4.12.	Invalidade do matrimônio .....	1285
4.12.1.	Considerações gerais do regime de invalidade matrimonial....	1285
4.12.2.	Tutela de boa-fé no regime da invalidade.....	1286
4.12.3.	Conversão substancial do casamento inválido em união estável? .....	1286
4.12.4.	Nulidade .....	1286
4.12.5.	Anulabilidade .....	1287
4.12.5.1.	Hipóteses .....	1288
4.12.5.2.	Decadência.....	1288
4.12.6.	Caso do casamento de pessoas com deficiência mental ou intelectual .....	1289
4.13.	Espécies de casamento .....	1290
4.13.1.	Casamento inexistente .....	1291
4.13.2.	Casamento nulo .....	1291
4.13.3.	Casamento anulável.....	1291
4.13.4.	Casamento putativo.....	1291
4.13.5.	Procedimentos simplificados de casamento (exceções ao procedimento comum).....	1291
4.13.5.1.	Casamento no caso de moléstia grave.....	1291
4.13.5.2.	Casamento nuncupativo, <i>in extremis</i> ou <i>in articulo mortis</i> .....	1292
4.13.6.	Casamento por procuração .....	1292
4.14.	Extinção do casamento.....	1292

4.14.1.	Considerações gerais.....	1293
4.14.2.	Subsistência da separação como uma faculdade .....	1293
4.14.3.	Separação de fato.....	1294
4.14.3.1.	Regras gerais .....	1294
4.14.3.2.	Aprofundamento: prática e prova.....	1294
4.14.4.	Separação judicial ou extrajudicial.....	1295
4.14.5.	Divórcio .....	1295
4.14.6.	Resquício da relevância da culpa no direito de família .....	1295
4.15.	Alteração de nome dos cônjuges e dos filhos em razão do casamento e de sua extinção.....	1295
4.15.1.	Direito de acrescer o sobrenome do cônjuge.....	1295
4.15.2.	Direito ao retorno ao nome de solteiro no caso de fim do casamento.....	1296
4.15.3.	Atualização, no assento de nascimento do filho, do novo nome do genitor em razão do casamento ou do fim deste.....	1296
4.15.4.	Mudança do nome do filho para portar o sobrenome de ambos os pais .....	1297
4.16.	Pacto antenupcial .....	1297
5.	Regime de Bens .....	1298
5.1.	Considerações gerais.....	1298
5.2.	Regime legal no casamento e na união estável .....	1298
5.3.	Mudança do regime de bens.....	1299
5.3.1.	Princípio da imutabilidade relativa do regime de bens.....	1299
5.3.1.1.	Casamento.....	1299
5.3.1.2.	União estável.....	1299
5.3.1.3.	Desnecessidade da apresentação pormenorizada do acervo patrimonial para alteração do regime de bens.....	1299
5.3.2.	Irretroatividade da mudança do regime de bens.....	1300
5.3.2.1.	Casamento.....	1300
5.3.2.2.	União estável.....	1300
5.4.	Regime da comunhão universal .....	1300
5.4.1.	Definição.....	1300
5.4.2.	Casos especiais .....	1301
5.4.2.1.	Valores de FGTS depositados.....	1301
5.4.2.2.	Indenização ou pensão mensal decorrente de seguro por invalidez.....	1301
5.4.2.3.	Valores recebidos em razão de seguro de vida ...	1301
5.4.2.4.	Casos especiais envolvendo regime da comunhão parcial de bens .....	1301
5.5.	Regime da comunhão parcial .....	1302
5.5.1.	Casos especiais .....	1303
5.5.1.1.	Direito a salários futuros .....	1303
5.5.1.2.	Valores de FGTS .....	1303

5.5.1.3.	Verbas trabalhistas recebidas após o fim do casamento.....	1303
5.5.1.4.	Prêmio de loteria.....	1303
5.5.1.5.	Seguro por invalidez em razão de acidente de trabalho.....	1303
5.5.1.6.	Proventos de aposentadoria pública (pelo INSS) devidos na constância do casamento, mas pagas posteriormente em razão de ação judicial.....	1304
5.5.1.7.	Saldo de previdência complementar fechada e aberta.....	1304
5.5.1.8.	Comunicabilidade das dívidas.....	1304
5.6.	Regime da separação convencional, voluntária, absoluta ou total.....	1304
5.7.	Regime da separação legal, obrigatória ou cogente.....	1305
5.7.1.	Nomenclatura.....	1305
5.7.2.	Cabimento.....	1305
5.7.3.	Separação legal e separação convencional.....	1305
5.7.4.	Comunicação de bens.....	1306
5.7.5.	A diferença entre aquestos e bens comuns: conceitos absolutos (ou invariáveis) e relativos (ou variáveis).....	1307
5.7.6.	Possibilidade de pacto antenupcial.....	1308
5.7.7.	Extensão para a união estável.....	1309
5.8.	Regime da participação final nos aquestos.....	1309
5.8.1.	Definição.....	1309
5.8.2.	Penhora de bens do cônjuge por dívidas do outro.....	1309
5.8.3.	Penhora do direito à futura meação.....	1309
5.9.	Regimes misto, híbridos ou atípicos.....	1309
5.9.1.	Regime de bens típicos e atípicos.....	1309
5.9.2.	Parâmetros para os regimes atípicos.....	1310
5.9.2.1.	Inteligibilidade e a operacionalidade.....	1310
5.9.2.2.	Indivisibilidade do regime de bens.....	1310
5.9.3.	Questões especiais.....	1310
5.9.3.1.	Exemplos de regimes atípicos.....	1310
5.9.4.	Regime progressivo.....	1311
5.9.4.1.	Necessidade de aproximação do regime atípico a algum típico para efeitos além da comunicação (como efeitos sucessórios).....	1311
5.9.5.	Renúncia sucessória antecipada.....	1312
5.10.	Vênia conjugal (outorga conjugal).....	1313
5.10.1.	Fundamentos e hipóteses.....	1313
5.10.2.	Exceções à exigência de outorga conjugal.....	1314
5.10.3.	Extensão para a união estável (vênia convivencial).....	1314
5.10.4.	Casos sensíveis.....	1314
5.10.4.1.	Má-fé do cônjuge autor do ato.....	1314
5.11.	Questões especiais.....	1314

5.11.1.	Partilha de bens em razão do fim do casamento ou da sociedade conjugal.....	1314
5.11.1.1.	Regra geral e meios .....	1314
5.11.1.2.	Caso do excesso de meação: cobrança de ITCD... ..	1315
5.11.1.3.	Excesso de meação e o caso da base de cálculo de imóvel alienado fiduciariamente (bem financiado).....	1315
5.11.1.4.	Ausência de ITBI no caso de atribuição de imóvel a apenas um cônjuge .....	1316
5.11.2.	Casamento anterior ao Código Civil de 2002: outorga conjugal e mudança de regime de bens .....	1316
5.11.3.	Penhora de bens comuns e particulares por dívidas de apenas um dos cônjuges .....	1316
5.11.3.1.	Orientação jurisprudencial.....	1316
5.11.3.2.	Meação de todo o patrimônio comum líquido ou de cada bem? .....	1317
5.11.3.3.	Reflexo em futura partilha decorrente da dissolução da sociedade conjugal: reserva da meação de um cônjuge sobre bens comuns penhorados por dívidas exclusivamente pessoais do outro ....	1318
5.11.3.4.	Extensão para união estável.....	1318
6.	Relações de Parentesco .....	1319
6.1.	Limites conceituais.....	1319
6.1.1.	Parentes vs. cônjuge e companheiros.....	1320
6.1.2.	Parentesco quanto à origem.....	1320
6.1.2.1.	Parentesco natural .....	1320
6.1.2.2.	Parentesco civil.....	1320
6.1.3.	Parentesco quanto ao grau e à linha .....	1320
6.1.4.	Parentesco por afinidade.....	1320
6.1.4.1.	Definição .....	1320
6.1.4.2.	Utilidade .....	1321
6.2.	Filiação.....	1321
6.2.1.	Paternidade vs. maternidade .....	1321
6.2.2.	Paternidade .....	1321
6.2.2.1.	Paternidade presumida (presunção de paternidade).....	1322
6.2.3.	Paternidade reconhecida .....	1326
6.2.3.1.	Paternidade reconhecida voluntariamente .....	1326
6.2.3.2.	Paternidade reconhecida judicialmente .....	1326
6.2.3.3.	Investigação oficiosa da paternidade .....	1326
6.2.4.	Reprodução assistida e gestação por substituição.....	1329
6.2.4.1.	Definição e espécies.....	1329
6.2.4.2.	Registro da filiação independentemente de ordem judicial.....	1329
6.2.4.3.	Reprodução assistida <i>post mortem</i> .....	1329



7.	Família natural, extensa e substituta .....	1330
7.1.	Classificação da família quanto à natureza.....	1330
7.2.	Família Natural.....	1330
7.2.1.	Definição.....	1330
7.2.2.	Família natural de segundo grau.....	1330
7.2.3.	Situação da filiação socioafetiva.....	1331
7.2.4.	Utilidade da classificação.....	1331
7.3.	Família extensa ou ampliada.....	1331
7.3.1.	Definição.....	1331
7.3.2.	Utilidade prática.....	1332
7.3.3.	Terceiros como padrinhos (“dindos”), madrinhas (“dindas”) etc.....	1332
7.4.	Família substituta .....	1332
7.4.1.	Guarda.....	1332
7.4.2.	Tutela .....	1332
7.4.3.	Adoção .....	1333
7.4.3.1.	Adoção socioafetiva (filiação socioafetiva) .....	1333
7.4.3.2.	Adoção civil ( <i>stricto sensu</i> ).....	1333
8.	Institutos de Amparo à Pessoa Vulnerável .....	1339
8.1.	Considerações gerais.....	1339
8.2.	Institutos de amparo à criança e ao adolescente .....	1340
8.2.1.	Poder familiar .....	1340
8.2.1.1.	Limites conceituais.....	1340
8.2.1.2.	Constituição.....	1340
8.2.1.3.	Suspensão .....	1340
8.2.1.4.	Extinção .....	1340
8.2.1.5.	Guarda parental (guarda pelos pais).....	1340
8.2.1.6.	Gestão patrimonial .....	1343
8.2.2.	Tutela.....	1347
8.2.2.1.	Noções gerais.....	1348
8.2.2.2.	Espécies de tutela .....	1348
8.2.2.3.	Escolha do tutor: ordem preferencial? .....	1348
8.2.2.4.	Gestão existencial.....	1348
8.2.2.5.	Dever de alimentos do tutor.....	1348
8.2.2.6.	Gestão patrimonial .....	1349
8.2.2.7.	Situação do tutor com vínculo socioafetivo: aplicação das regras de poder familiar .....	1351
8.2.3.	Guarda por terceiros (não pais) ou guarda estatutária .....	1351
8.2.3.1.	Noções gerais.....	1351
8.2.3.2.	Distinção em relação à guarda dos pais (guarda parental)? .....	1351
8.2.3.3.	Efeitos jurídicos .....	1352
8.2.3.4.	Estabilização da guarda .....	1352
8.2.3.5.	Guarda temporária.....	1352

8.3.	Institutos de amparo às pessoas vulneráveis maiores .....	1352
8.3.1.	Considerações gerais.....	1352
8.3.2.	Curatela .....	1353
8.3.3.	Tomada de decisão apoiada .....	1354
9.	Alimentos .....	1354
9.1.	Limites conceituais .....	1354
9.2.	Classificação quanto à origem.....	1356
9.2.1.	Alimentos legítimos ou familiares .....	1356
9.2.2.	Alimentos indenizativos.....	1356
9.2.3.	Alimentos convencionais.....	1356
9.2.4.	Questões importantes decorrentes da classificação .....	1356
9.2.4.1.	Utilidade da classificação: impenhorabilidade e prisão civil.....	1356
9.2.4.2.	Outras verbas de natureza alimentar.....	1357
9.2.4.3.	Terminologia: pensão vs. alimentos.....	1358
9.3.	Titulares do direito aos alimentos legítimos .....	1359
9.3.1.	Filhos menores.....	1359
9.3.2.	Filho maior incapaz.....	1360
9.3.3.	Netos ou outros descendentes de maior grau .....	1360
9.3.4.	Ascendentes e irmãos .....	1360
9.3.5.	Ex-cônjuges ou ex-companheiros: regra da transitoriedade dos alimentos.....	1360
9.3.6.	Questões polêmicas.....	1361
9.3.6.1.	Nascituro em relação ao suposto pai e a outros parentes (alimentos gravídicos).....	1361
9.3.6.2.	Colaterais de 3º ou 4º grau .....	1361
9.3.6.3.	Parentes por afinidade .....	1362
9.3.6.4.	Enteados.....	1362
9.3.6.5.	Filho menores em relação a pais destituídos ou suspensos dos poderes familiares.....	1362
9.3.6.6.	Menor sujeito a guarda ou tutela .....	1362
9.4.	Classificação dos alimentos legítimos quanto à natureza.....	1363
9.4.1.	Alimentos civis ou cõngruos.....	1364
9.4.1.1.	Definição .....	1364
9.4.1.2.	Arbitramento dos alimentos cõngruos .....	1364
9.4.1.3.	Questões especiais.....	1365
9.4.2.	Alimentos naturais, necessários ou indispensáveis .....	1368
9.4.2.1.	Definição e arbitramento .....	1368
9.4.2.2.	Hipóteses de cabimento .....	1368
9.4.2.3.	Constitucionalidade e vigência dos dispositivos que tratam de alimentos necessários.....	1369
9.4.2.4.	Tendência de os alimentos serem transitórios .....	1371
9.4.3.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória.....	1371
9.4.3.1.	Fundamento e definição .....	1371

9.4.3.2.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória? .....	1372
9.4.3.3.	Cumulatividade com outros alimentos .....	1372
9.4.3.4.	Cabimento .....	1372
9.4.3.5.	Quantificação .....	1372
9.4.3.6.	Natureza jurídica indenizatória e consequências práticas (descabimento de prisão civil e outras) ..	1374
9.4.3.7.	Casos do regime da separação convencional e a discussão da renúncia antecipada aos alimentos compensatórios .....	1374
9.4.4.	Renda líquida dos bens comuns (alimentos ressarcitórios).....	1375
9.4.4.1.	Definição e fundamento.....	1375
9.4.4.2.	Natureza jurídica como pretensão restituitória .....	1375
9.4.4.3.	Irrelevância do regime de bens .....	1376
9.4.4.4.	Regime jurídico diverso .....	1376
9.4.4.5.	Repetibilidade .....	1376
9.5.	Características do direito a alimentos .....	1377
9.5.1.	Personalíssimo .....	1377
9.5.2.	Incessível.....	1377
9.5.2.1.	Definição .....	1377
9.5.2.2.	Caso da cessão da pensão alimentícia já vencida e do gestor de negócios: cabimento e prisão civil..	1377
9.5.3.	Imprescritível .....	1378
9.5.4.	Impenhorável.....	1378
9.5.5.	Incompensável .....	1378
9.5.5.1.	Definição .....	1378
9.5.5.2.	Flexibilização à incompensabilidade dos alimentos .....	1379
9.5.6.	Irrenunciável e intransacionável .....	1379
9.5.6.1.	Noções gerais.....	1379
9.5.6.2.	Casos especiais.....	1379
9.5.7.	Atual .....	1381
9.5.8.	Irrepetível .....	1382
9.5.8.1.	Fundamentos.....	1382
9.5.8.2.	Questões especiais.....	1382
9.6.	Características da obrigação (dever?) alimentar.....	1390
9.6.1.	Transmissibilidade.....	1391
9.6.1.1.	Noções gerais.....	1391
9.6.1.2.	Espólio como obrigado? .....	1391
9.6.2.	Divisibilidade.....	1392
9.6.2.1.	Regra geral .....	1392
9.6.2.2.	Exceção: caso da pessoa idosa como alimentado	1392
9.6.3.	Condicionalidade .....	1394
9.6.3.1.	Sujeição ao binômio necessidade-possibilidade..	1394

9.6.3.2.	Natureza jurídica da coisa julgada.....	1394
9.6.3.3.	Condicionalidade vs. mutabilidade.....	1395
9.6.4.	Reciprocidade.....	1395
9.6.5.	Sucessividade (= subsidiariedade) e complementariedade.....	1395
9.6.5.1.	Definição.....	1395
9.6.5.2.	Caso dos alimentos pelos avós.....	1396
9.6.5.3.	Prisão civil dos avós por inadimplemento de alimentos.....	1396
9.6.6.	Questões processuais.....	1396
9.6.6.1.	Classificação dos alimentos quanto ao aspecto processual.....	1396
9.6.6.2.	Questões especiais.....	1399
9.7.	Extinção dos alimentos.....	1400
9.7.1.	Procedimento: extinção automática ou não?.....	1400
9.7.2.	Hipóteses.....	1400
9.7.2.1.	Cessaçãõ da necessidade.....	1400
9.7.2.2.	Advento do termo ou condiçãõ.....	1401
9.7.2.3.	União more uxório do alimentado.....	1401
<b>9.</b>	<b>DIREITO DAS SUCESSÕES.....</b>	<b>1403</b>
1.	Noções Gerais.....	1403
1.1.	Definição de direito das sucessões.....	1403
1.2.	Sucessão legítima e sucessão testamentária: noções preliminares e reflexões do direito romano.....	1404
1.3.	Codicilo e testamento: noções preliminares.....	1404
1.4.	Autor de herança, abertura da sucessão, delação e adição.....	1405
1.4.1.	Autor de herança ou falecido e a inadequação da expressão latina “de cuius”.....	1405
1.4.2.	Abertura da sucessão, delação e adição.....	1406
1.5.	Sucessor a título universal (herdeiro) e sucessor a título singular (legatário).....	1406
1.6.	Saisine e a indivisibilidade da herança.....	1407
1.6.1.	Regra geral e nomenclaturas (espólio, herança, monte-mor, acervo, premorto e comoriência).....	1408
1.6.2.	Direito de saisine e seus 4 efeitos.....	1409
1.6.2.1.	Transmissão automática da propriedade e da posse aos herdeiros.....	1410
1.6.2.2.	Fixação da norma sucessória.....	1411
1.6.2.3.	Determinação do local da sucessão.....	1412
1.6.2.4.	Estabelecimento da capacidade sucessória.....	1412
1.6.3.	Diferença entre universalidade de fato e de direito: o patrimônio do falecido como exemplo.....	1413
1.6.4.	Indivisibilidade da herança e efeitos.....	1413
1.6.4.1.	Indivisibilidade da herança por força de lei.....	1413

1.6.4.2.	Proibição de alienação de bem singularmente considerado e suprimento judicial da vontade do herdeiro que se opõe injustificadamente.....	1413
1.6.4.3.	Universalidade patrimonial: espólio e monte- -mor.....	1413
1.6.5.	Situação do legado e dos frutos.....	1414
1.6.6.	Caso do legado: há duas transmissões de propriedade? Caberia dois ITCDs? .....	1415
1.6.7.	Questões especiais.....	1416
1.6.7.1.	Momento para definição da alíquota e do valor de avaliação dos bens para efeito de ITCD.....	1416
1.7.	Aspectos de direito internacional privado no direito das sucessões: regras de conflitos aparentes de normas em situações internacionais.....	1416
1.7.1.	Autoridade competente para julgar matéria sucessória.....	1417
1.7.2.	Competência interna para julgar o inventário.....	1417
1.7.3.	Ordenamento jurídico aplicável.....	1418
1.8.	Aceitação e renúncia da herança.....	1419
1.8.1.	Noções gerais.....	1419
1.8.2.	Aceitação e renúncia como atos jurídicos <i>stricto sensu</i> : o “se” ( <i>ob</i> ) e o “como” ( <i>wie</i> ) da doutrina alemã.....	1420
1.8.3.	Não aceitação da herança como condição resolutiva: semelhanças e diferenças.....	1420
1.8.4.	Renúncia à herança e forma solene: instrumento público ou termo judicial.....	1420
1.8.5.	Irrevogabilidade da renúncia e proibição da renúncia sob condição ou a termo.....	1420
1.8.6.	Utilidade prática da renúncia à herança.....	1421
1.8.7.	Anulação da renúncia.....	1421
1.8.8.	Efeitos da renúncia.....	1422
1.8.9.	Espécies de renúncia.....	1423
1.8.9.1.	Renúncia abdicativa.....	1423
1.8.9.2.	Renúncia translativa, <i>in favorem</i> ou translaticia (cessão de direito hereditário).....	1423
1.8.10.	Forma de aceitação.....	1424
1.8.10.1.	Aceitação expressa.....	1424
1.8.10.2.	Aceitação tácita.....	1424
1.8.10.3.	Aceitação pelos credores.....	1426
1.8.10.4.	Questões especiais.....	1426
1.9.	Cessão de direito hereditário (renúncia translativa).....	1428
1.9.1.	Cabimento e forma.....	1428
1.9.2.	Substituição testamentária, direito de acrescer e cessão de direito hereditário: art. 1.793, § 1º, CC.....	1428
1.9.2.1.	Substituição testamentária.....	1428
1.9.2.2.	Direito de acrescer na sucessão testamentária.....	1429
1.9.2.3.	Direito dos coerdeiros de mesma classe na sucessão legítima.....	1430

1.9.3.	Cessão de direito hereditário e direito de preferência .....	1430
1.9.4.	Fato gerador do ITBI se cessão for onerosa .....	1431
1.9.5.	Exigência de outorga conjugal .....	1431
1.9.6.	Questões especiais .....	1432
1.9.6.1.	Cessão de meação .....	1432
1.10.	Benefício de inventário .....	1434
1.11.	Vocação hereditária.....	1435
1.11.1.	Nomenclaturas: incapacidade sucessória, incapacidade testamentária passiva, legitimação ou vocação hereditária?.....	1435
1.11.2.	Regra geral .....	1436
1.11.2.1.	Exceção .....	1436
1.12.	Exclusão da sucessão .....	1438
1.12.1.	Definição.....	1439
1.12.2.	Hipóteses do art. 1.801 do CC: exclusão da sucessão ou vocação hereditária?.....	1439
1.12.3.	Uma questão de nomenclatura: exclusão da sucessão, incapacidade sucessória, ilegitimidade sucessória ou falta de legitimação? .....	1439
1.12.4.	Indignidade (para sucessão legítima ou testamentária) .....	1440
1.12.4.1.	Hipóteses .....	1440
1.12.4.2.	Legitimidade processual para a exclusão e decadência.....	1446
1.12.4.3.	Reabilitação.....	1447
1.12.4.4.	Eficácia retroativa com flexibilizações .....	1448
1.12.5.	Deserdação (só para sucessão legítima) .....	1448
1.12.5.1.	Noção geral e restrição a herdeiros necessários... ..	1448
1.12.5.2.	Hipóteses .....	1449
1.12.5.3.	Legitimidade processual para a exclusão e decadência.....	1451
1.12.5.4.	Revogação do testamento como desistência de deserdar.....	1452
1.13.	Classificação quanto à fonte (sucessão legítima, testamentária ou irregular).....	1452
1.13.1.	Sucessão testamentária ou <i>secundum tabulas</i> .....	1452
1.13.2.	Sucessão legítima ou <i>ab intestato</i> .....	1452
1.13.3.	Sucessão anômala ou irregular .....	1452
1.13.4.	Vedação à sucessão contratual (pacto corvino, pacto sucessório ou pacta corvina): conceito, renúncia recíproca à herança em pacto antenupcial e partilha em vida.....	1453
1.13.5.	Questões especiais .....	1454
1.13.5.1.	“Pagamento direto”: Verbas trabalhistas, tributárias e de investimento .....	1454
1.14.	Meação, herança e legado.....	1461
1.14.1.	Distinção .....	1461
1.14.2.	Cálculo do acervo hereditário (monte-mor).....	1462

1.14.3.	Questões especiais.....	1462
1.14.3.1.	Valores devidos a título de seguro de pessoa (como seguro de vida).....	1462
1.14.3.2.	Valor decorrente de pecúlio por morte ou invalidez.....	1463
1.14.3.3.	Previdência privada complementar aberta (VGBL e PGBL).....	1463
1.15.	Classificação quanto aos efeitos (sucessão a título singular e a título universal): herdeiro vs. legatário.....	1465
1.16.	Espécies de herdeiro.....	1465
1.17.	Legítima.....	1466
1.17.1.	Definição.....	1466
1.17.2.	Exceções à intangibilidade da legítima.....	1467
1.17.2.1.	Indignidade.....	1467
1.17.2.2.	Deserdação.....	1467
1.17.2.3.	Deserdação <i>bona mente</i> : cláusula restritiva da propriedade.....	1467
1.17.3.	Proteção da legítima em vida.....	1467
1.17.3.1.	Doação como antecipação de legítima.....	1467
1.17.3.2.	Doações inoficiosas.....	1468
1.17.3.3.	Redução testamentária.....	1468
1.17.4.	Cálculo da legítima.....	1468
1.17.4.1.	Regra geral.....	1468
1.17.4.2.	Exceções.....	1468
1.18.	Colação.....	1469
1.18.1.	Definição.....	1469
1.18.2.	Objetos colacionáveis.....	1469
1.18.2.1.	Doações.....	1469
1.18.2.2.	Outras liberalidades.....	1469
2.	Sucessão Legítima.....	1470
2.1.	Direito real de habitação ao viúvo.....	1470
2.1.1.	Regras gerais e irrelevância de viúvo já ter imóvel particular..	1470
2.1.2.	(Im)possibilidade de alugar, dar em comodato ou de obter rendas com o imóvel?.....	1471
2.1.3.	Inaplicabilidade do direito real de habitação sobre imóvel em copropriedade com terceiros.....	1472
2.1.4.	Extinção do direito real de habitação do cônjuge e do companheiro em virtude da constituição de nova união.....	1473
2.2.	Sucessão <i>mortis causa</i> na união estável.....	1474
2.2.1.	Ordem de vocação hereditária na união estável.....	1474
2.2.2.	Companheiro como herdeiro necessário.....	1474
2.2.3.	Direito real de habitação para união estável (art. 1.831, CC) ...	1475
2.3.	Formas de recebimento na sucessão legítima.....	1475
2.3.1.	Por cabeça.....	1476
2.3.2.	Por estirpe.....	1476

	2.3.2.1.	Por direito de representação.....	1477
	2.3.2.2.	Por direito de transmissão.....	1477
	2.3.2.3.	Diferenças entre o direito de representação e o direito de transmissão.....	1477
2.4.		Ordem de vocação hereditária.....	1481
	2.4.1.	Ordem de vocação hereditária e <i>sucessio graduum uel ordinum</i> .....	1482
	2.4.2.	A ordem de vocação hereditária no CC.....	1482
	2.4.3.	1ª classe: consorte supérstite vs. descendentes.....	1485
		2.4.3.1. Regras gerais.....	1485
		2.4.3.2. Caso de ausência de viúvo: concorrência exclusiva entre descendentes.....	1485
		2.4.3.3. Problema do regime de bens.....	1488
		2.4.3.4. Quinhão mínimo ao viúvo.....	1493
		2.4.3.5. Cônjuge separado de fato há menos de 2 anos e o art. 1.830, CC.....	1493
	2.4.4.	2ª classe: cônjuge e ascendentes.....	1494
		2.4.4.1. Somente ascendentes.....	1495
		2.4.4.2. Cônjuge em concorrência com ascendentes.....	1497
	2.4.5.	3ª classe: viúvo.....	1502
	2.4.6.	4ª classe: irmãos.....	1502
		2.4.6.1. Irmãos como herdeiros facultativos: legítimos, porém não necessários.....	1502
		2.4.6.2. Irmãos e colaterais até o 4º grau.....	1502
		2.4.6.3. Irmãos: por direito próprio e por cabeça.....	1503
		2.4.6.4. Irmão pré-morto e o direito de representação do sobrinho.....	1504
		2.4.6.5. Irmão renunciante.....	1504
		2.4.6.6. Irmãos não podem ou não querem receber: sobrinhos herdam por direito próprio e por cabeça....	1505
		2.4.6.7. Concorrência entre irmãos bilaterais e unilaterais: o privilégio do duplo sangue.....	1505
	2.4.7.	5ª classe: sobrinhos.....	1507
		2.4.7.1. Problema dos parentes de terceiro grau: sobrinhos (parente de 3.1. grau) e tios (parente de 3.2.).....	1507
		2.4.7.2. Partilha entre sobrinhos.....	1508
		2.4.7.3. Sobrinhos filhos de irmãos bilaterais e sobrinhos filhos de irmãos unilaterais.....	1509
		2.4.7.4. Direito de representação de sobrinho-neto?.....	1509
	2.4.8.	6ª classe: tios.....	1509
	2.4.9.	7ª classe: primo, sobrinhos-netos e tios-avós.....	1510
	2.4.10.	Heranças jacente e vacante.....	1511
		2.4.10.1. Regra geral.....	1511
		2.4.10.2. Estado como “achados e perdidos”: fora da vocação hereditária.....	1511



2.4.10.3.	Herdeiro aparente ou presuntivo .....	1511
2.4.10.4.	Herança jacente: definição e questões processuais .....	1512
2.4.10.5.	Herança vacante .....	1514
2.4.10.6.	Herança vacante como propriedade resolúvel .....	1515
2.4.10.7.	Inaplicação do direito de saisine ao Estado e usucapião de bens sem herdeiro aparente: incorrência de usucapião sobre bens públicos .....	1516
3.	Sucessão Testamentária .....	1517
3.1.	Noções gerais .....	1517
3.2.	Princípio da vontade soberana do testador e o censurável “testamento magistral” .....	1517
3.2.1.	Definição .....	1517
3.2.2.	Irrelevância da discriminação entre netos quanto à origem da filiação .....	1518
3.2.3.	Discriminação pelo testador por outros motivos .....	1519
3.3.	Vedação ao testamento conjuntivo e os <i>pacta corvina</i> .....	1519
3.4.	Testamento vs. codicilo .....	1520
3.4.1.	Principal distinção .....	1520
3.4.2.	Codicilo: aplicação subsidiária das regras de testamento .....	1520
3.4.3.	Interação entre testamento e codicilo: revogação .....	1520
3.4.4.	Revogação tácita de codicilo com superveniente testamento .....	1520
3.5.	Flexibilização às solenidades do testamento .....	1521
3.5.1.	Noções gerais .....	1521
3.5.2.	Testamento de emergência, homologação de testamento particular sem testemunha e pandemia da Covid-19 .....	1521
3.5.3.	Flexibilizações no testamento particular: quantidade de testemunhas, assinatura, impressão digital e outras formalidades .....	1522
3.5.4.	Flexibilizações no testamento público .....	1523
3.6.	Capacidade de testar .....	1523
3.6.1.	Requisito .....	1524
3.6.2.	Irrelevância de mudança posterior do estado .....	1524
3.7.	Espécies de testamento .....	1524
3.7.1.	Formas ordinárias .....	1525
3.7.1.1.	Testamento público, de forma pública ou de forma aberta .....	1525
3.7.1.2.	Testamento particular, hológrafo ou privado .....	1526
3.7.1.3.	Testamento cerrado, secreto ou místico .....	1527
3.7.2.	Formas especiais .....	1528
3.7.2.1.	Testamento marítimo .....	1528
3.7.2.2.	Testamento aeronáutico .....	1528
3.7.2.3.	Testamento militar .....	1529
3.8.	Disposições testamentárias .....	1530
3.8.1.	Cláusula restritiva da propriedade .....	1530
3.8.1.1.	Definição .....	1530

3.8.1.2.	Sub-rogação real.....	1530
3.8.1.3.	Cláusula restritiva sobre bem da legítima (art. 1.848, CC): deserdação <i>bona mente</i> e cancelamento por perda da justa causa.....	1530
3.8.1.4.	Questões especiais.....	1531
3.8.2.	Elementos acidentais no testamento.....	1532
3.8.2.1.	Condição: permissão para herdeiro ou legatário..	1532
3.8.2.2.	Termo .....	1532
3.8.3.	Regras de Interpretação.....	1533
3.8.3.1.	Dúvida interpretativa (art. 1.899, CC).....	1533
3.8.3.2.	Erro acidental quanto à pessoa ou ao objeto (art. 1.903, CC).....	1534
3.8.3.3.	Presunção de rateio <i>pro rata</i> (art. 1.904, CC).....	1534
3.8.3.4.	Presunção de unidade na designação coletiva (art. 1.905, CC).....	1534
3.8.3.5.	Rateio do remanescente da parte disponível (arts. 1.906 e 1.907, CC).....	1534
3.8.3.6.	Disposição para generalidade de pessoas (art. 1.902, CC).....	1534
3.9.	Legado.....	1535
3.9.1.	Definição.....	1535
3.9.2.	Espécies.....	1536
3.9.2.1.	Legado de coisas certa alheia e de coisa comum....	1536
3.9.2.2.	Sublegado, legado de coisa do sucessor ou legado com encargo de entregar coisa a outrem .....	1536
3.9.2.3.	Legado de coisa genérica.....	1536
3.9.2.4.	Legado de coisa singularizada.....	1536
3.9.2.5.	Legado de crédito ou de quitação de dívida.....	1536
3.9.2.6.	Legado de alimentos .....	1537
3.9.2.7.	Legado de usufruto.....	1537
3.9.2.8.	Legado de imóvel .....	1537
3.9.2.9.	Legado de dinheiro .....	1537
3.9.2.10.	Legado em renda ou pensão periódica.....	1537
3.9.2.11.	Legado alternativo .....	1537
3.10.	Direito de acrescer .....	1537
3.10.1.	Definição.....	1538
3.10.2.	Cabimento e as conjunções na redação do testamento .....	1538
3.11.	Substituições testamentárias .....	1539
3.11.1.	Substituição vulgar, ordinária ou direta.....	1540
3.11.2.	Substituição recíproca.....	1540
3.11.3.	Substituição fideicomissária .....	1540
3.11.3.1.	Definição .....	1540
3.11.3.2.	Fideicomissário como concepturo .....	1541
3.11.3.3.	Limitação ao segundo grau .....	1541

3.11.3.4.	Classificação.....	1541
3.11.4.	Questões especiais.....	1541
3.11.4.1.	“Não querer” abrange “não poder”.....	1541
3.11.4.2.	Substituição vulgar sucessiva.....	1542
3.12.	Extinção do testamento.....	1542
3.12.1.	Classificação (extinção normal e anormal).....	1542
3.12.2.	Invalidade.....	1543
3.12.2.1.	Regras gerais.....	1543
3.12.2.2.	Anulabilidade.....	1543
3.12.2.3.	Nulidade.....	1544
3.12.2.4.	Decadência para declarar invalidade do testamento (arts. 1.859 e 1.909, parágrafo único, CC).....	1546
3.12.2.5.	Diferença prática entre anulabilidade e nulidade do testamento.....	1547
3.12.2.6.	Conservação do negócio jurídico para testamento (art. 1.910, CC).....	1547
3.12.2.7.	Questões especiais.....	1548
3.12.3.	Ineficácia do testamento.....	1549
3.12.3.1.	Redução testamentária.....	1550
3.12.3.2.	Revogação do testamento.....	1551
3.12.3.3.	Rompimento do testamento.....	1552
3.12.3.4.	Caducidade do testamento.....	1558
3.13.	Testamentária.....	1562
3.13.1.	Definição.....	1562
3.13.2.	Testamenteiro vs. inventariante.....	1562
3.13.3.	Pessoa jurídica como testamenteiro?.....	1562
3.13.4.	Remuneração (vintena).....	1562
3.13.5.	Indenização por despesas.....	1562
3.13.6.	Classificação quanto à origem.....	1562
3.13.7.	Classificação quanto à atribuição.....	1563
3.13.8.	Caráter personalíssimo.....	1563
3.13.9.	Ausência de competência para pedir a colação.....	1563
4.	Inventário e partilha.....	1563
4.1.	Regras gerais: aspectos processuais e extrajudiciais.....	1563
4.1.1.	Procedimento judicial de abertura, registro, confirmação e cumprimento de testamento.....	1563
4.1.2.	Procedimento judicial de inventário e partilha.....	1563
4.1.3.	Procedimento extrajudicial de inventário e partilha (inventário extrajudicial).....	1564
4.1.4.	Dispensa de procedimento de inventário e partilha.....	1564
4.2.	Identificação da existência de testamento.....	1564
4.3.	Sobrepartilha.....	1565
4.4.	Sonegação.....	1565
4.4.1.	Noções gerais e requisitos.....	1565